

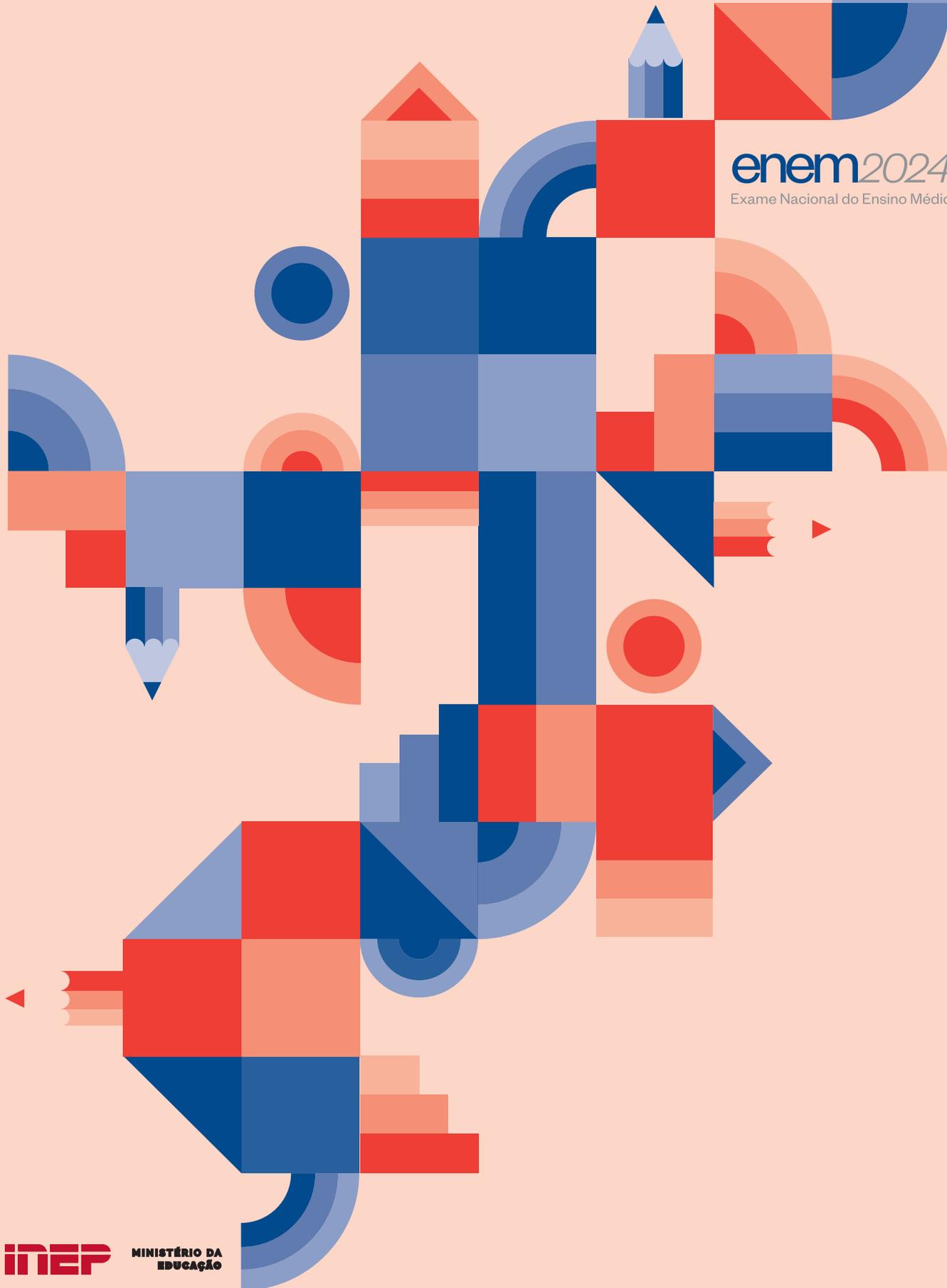
DIRETORIA DE AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO BÁSICA
DAEB

A REDAÇÃO DO ENEM

CARTILHA DO(A) PARTICIPANTE

20
24

enem2024
Exame Nacional do Ensino Médio

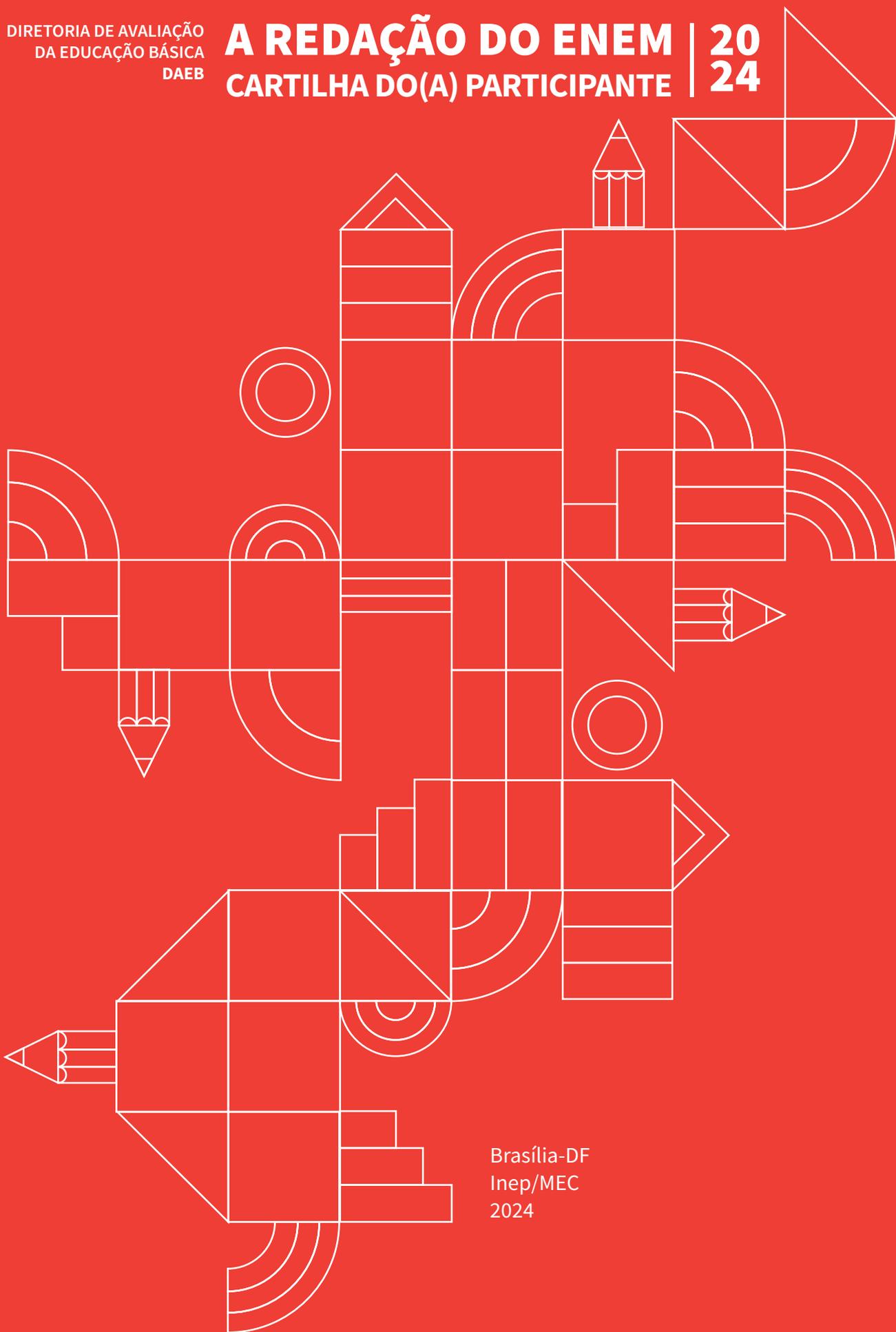


INEP

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

DIRETORIA DE AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO BÁSICA
DAEB

A REDAÇÃO DO ENEM | 20 24 CARTILHA DO(A) PARTICIPANTE

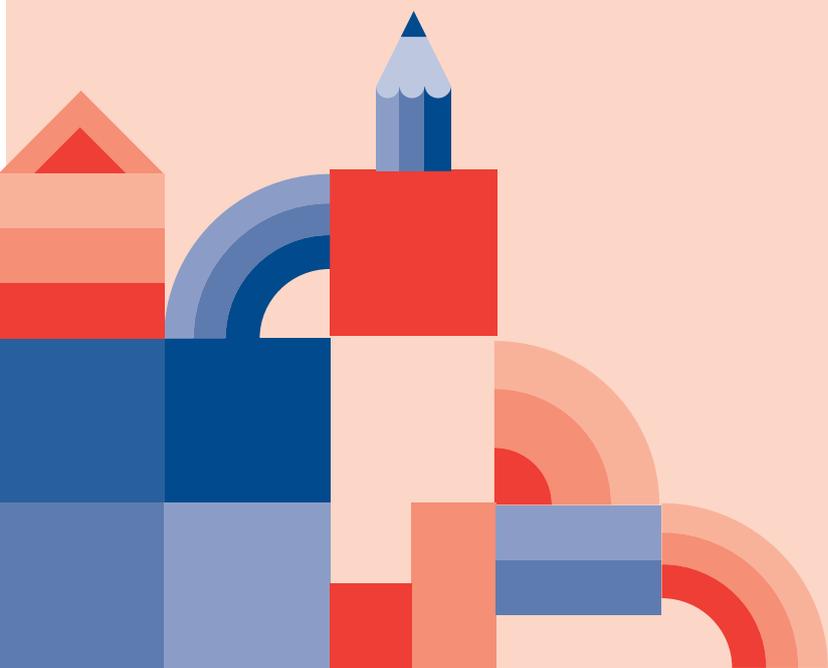


Brasília-DF
Inep/MEC
2024

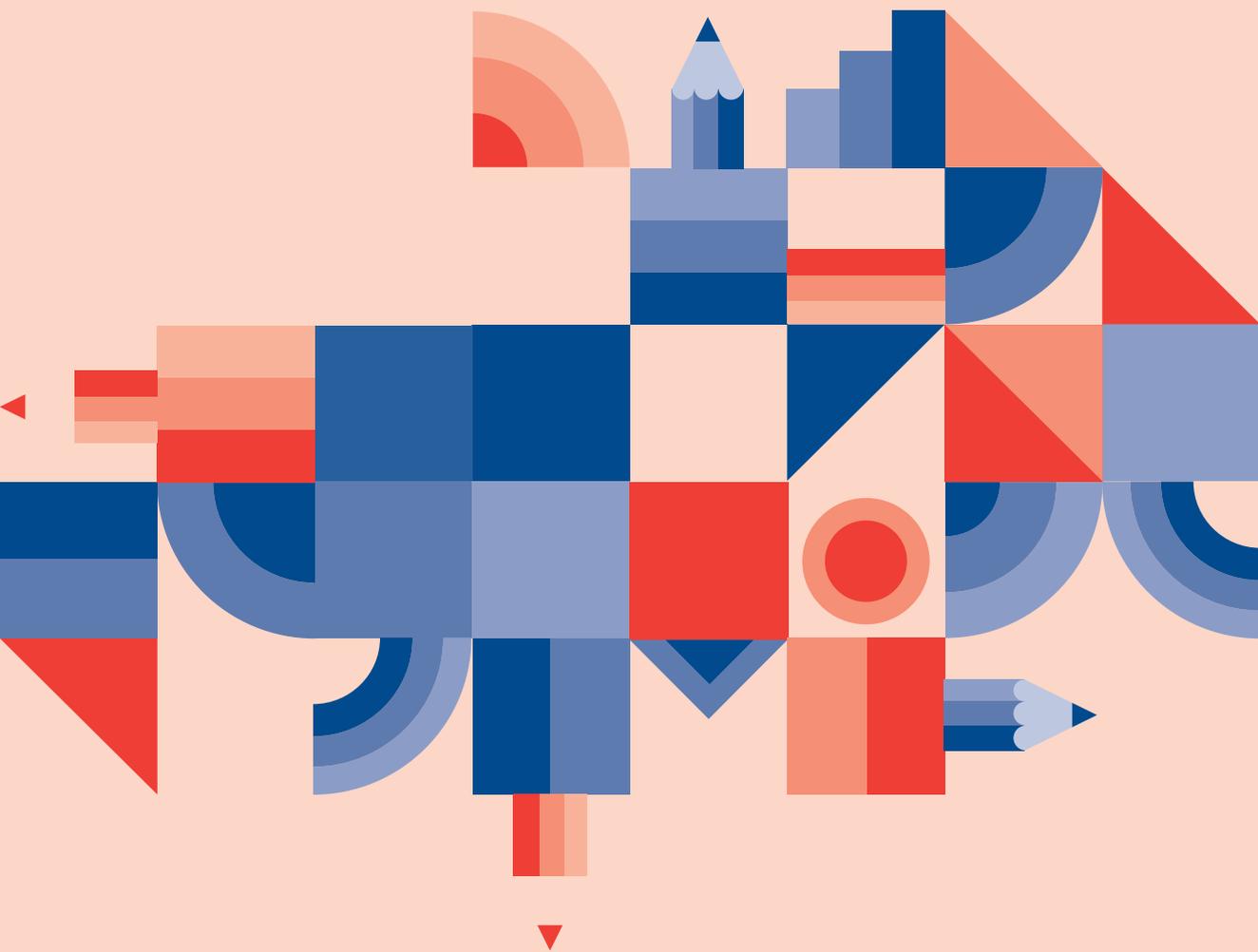
SUMÁRIO

ESTA PUBLICAÇÃO POSSUI SUMÁRIO INTERATIVO
PARA RETORNAR AO SUMÁRIO, CLIQUE NO NÚMERO
DA PÁGINA EM CADA SEÇÃO

APRESENTAÇÃO.....	4
.....	
1. MATRIZ DE REFERÊNCIA PARA A REDAÇÃO 2024.....	11
1.1 COMPETÊNCIA I.....	12
1.2 COMPETÊNCIA II.....	14
1.3 COMPETÊNCIA III.....	21
1.4 COMPETÊNCIA IV.....	24
1.5 COMPETÊNCIA V.....	28
1.6 RECOMENDAÇÕES GERAIS.....	32
2. AMOSTRA DE REDAÇÕES NOTA 1.000 DO ENEM 2023.....	34
.....	
LEIA MAIS, SEJA MAIS.....	65



APRESENTAÇÃO



Caro(a) participante,

Você está se preparando para realizar o Enem 2024, constituído por quatro provas objetivas e uma prova de redação.

A prova de redação exigirá de você a produção de um texto dissertativo-argumentativo, em modalidade escrita formal da língua portuguesa, sobre um tema de ordem social, científica, cultural ou política. Os aspectos a serem avaliados relacionam-se às competências que devem ter sido desenvolvidas ao longo de sua formação, ou seja, ao final do ensino médio. Nessa redação, você deverá defender um ponto de vista — uma opinião a respeito do tema proposto —, apoiada em argumentos consistentes, estruturados com coerência e coesão, formando uma unidade textual. Para tanto, deverá selecionar, organizar e relacionar, também de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa do seu ponto de vista. Você também deverá elaborar uma proposta de intervenção social para o problema apresentado no desenvolvimento do texto. Por fim, essa proposta deve respeitar os direitos humanos.

TEMA



PONTO DE VISTA



ARGUMENTOS



PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

A seguir, vamos esclarecer algumas dúvidas sobre o processo de avaliação.

QUEM VAI AVALIAR A REDAÇÃO?

O texto produzido por você será avaliado por, no mínimo, duas pessoas graduadas em Letras ou Linguística, de forma independente, sem que uma conheça a nota atribuída pela outra.

COMO A REDAÇÃO SERÁ AVALIADA?

Os(as) dois(duas) avaliadores(as) julgarão o seu desempenho de acordo com os critérios do quadro a seguir.

Competência I	Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa.
Competência II	Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.
Competência III	Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.
Competência IV	Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.
Competência V	Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos.

COMO SERÁ ATRIBUÍDA A NOTA À REDAÇÃO?

A nota da redação, que variará entre 0 (zero) e 1.000 (mil) pontos, obedecerá à Matriz de Referência do exame. Cada avaliador(a) atribuirá uma nota entre 0 (zero) e 200 (duzentos) pontos para cada uma das cinco competências. A nota total de cada avaliador(a) corresponderá à soma das notas atribuídas a cada uma das competências e a soma desses pontos comporá a nota total de cada avaliador(a), que poderá chegar a 1.000 pontos. A nota final do(a) participante será a **média aritmética** das notas totais atribuídas pelos(as) dois(duas) avaliadores(as).

O QUE É CONSIDERADO DISCREPÂNCIA?

Considera-se discrepância quando as notas atribuídas pelos(as) avaliadores(as):

- diferirem em mais de 100 pontos no total; ou
- obtiverem diferença superior a 80 pontos em qualquer uma das competências.

QUAL A SOLUÇÃO PARA O CASO DE HAVER DISCREPÂNCIA ENTRE AS DUAS AVALIAÇÕES INICIAIS?

- A redação será avaliada, de forma independente, por um(a) terceiro(a) avaliador(a).
- A nota final será a média aritmética das duas notas totais que mais se aproximarem.

E SE A DISCREPÂNCIA AINDA CONTINUAR DEPOIS DA TERCEIRA AVALIAÇÃO?

A redação será avaliada por uma banca composta por três avaliadores(as), a qual atribuirá a nota final do(a) participante.

QUAIS AS RAZÕES PARA SE ATRIBUIR NOTA 0 (ZERO) A UMA REDAÇÃO?

A redação receberá nota 0 (zero) se apresentar uma das características a seguir:

- fuga total ao tema;
- não obediência ao tipo dissertativo-argumentativo;
- ausência de texto escrito na Folha de Redação, que será considerada “Em Branco”;
- extensão de até 7 (sete) linhas manuscritas, qualquer que seja o conteúdo ou extensão de até 10 (dez) linhas escritas no sistema Braille, situações que configurarão “Texto insuficiente”;
- impropérios, desenhos e outras formas propositais de anulação, o que configurará “Anulada”;
- parte deliberadamente desconectada do tema proposto;
- nome, assinatura, rubrica ou qualquer outra forma de identificação no espaço destinado exclusivamente ao texto da redação, o que configurará “Anulada”;

- texto escrito predominantemente ou integralmente em língua estrangeira;
- texto ilegível, que impossibilite sua leitura por dois(duas) avaliadores(as) independentes, o que configurará “Anulada”;
- cópia de texto(s) da Prova de Redação e/ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para a contagem do número mínimo de linhas.

ATENÇÃO!

- Escreva sua redação com letra legível para evitar dúvidas no momento da avaliação. Uma redação incompreensível devido à letra ilegível poderá receber nota zero.
- Não faça destaques no título ou marcas de finalização do texto que possam ser considerados desenhos ou formas de identificação.
- Assine apenas no local destinado a isso na Folha de Redação, não se identifique em seu texto de forma alguma.

COMO SÃO AVALIADOS OS TRECHOS DE CÓPIA NA REDAÇÃO?

Para efeito de avaliação e de contagem do mínimo de linhas escritas, os trechos que apresentarem cópia de texto(s) da Prova de Redação e/ou do Caderno de Questões serão desconsiderados em relação ao total de linhas escritas, sendo contabilizadas apenas as que foram produzidas pelo(a) participante. São consideradas linhas com cópia aquelas compostas, integral ou parcialmente, por trechos de cópia da Prova de Redação e/ou do Caderno de Questões.

O QUE SÃO PARTES DELIBERADAMENTE DESCONECTADAS DO TEMA PROPOSTO?

As partes deliberadamente desconectadas do tema proposto consistem em reflexões do(a) participante sobre o próprio processo de escrita, sobre a prova ou sobre o próprio desempenho no exame. Ainda se configuram como partes deliberadamente desconectadas do texto: a escrita de bilhetes destinados, por exemplo, à banca avaliadora; mensagens políticas ou de protesto, orações, mensagens religiosas; frases desconectadas do corpo do texto que não mantenham

relação com o tema ou com a argumentação do(a) participante; trechos de música, de hino, de poema ou de qualquer texto, **desde que estejam desarticulados da argumentação feita na redação**. Isso quer dizer que a presença de uma mensagem de protesto em um texto, por exemplo, não é, automaticamente, avaliada como parte desconectada. Isso vai depender do fato de a mensagem estar, ou não, devidamente articulada à argumentação construída ao longo da redação. Em suma, para ter sua redação anulada por esse critério, é preciso que você insira, de forma proposital, pontual e desarticulada, elementos estranhos ao tema e ao seu projeto de texto e/ou que atentem contra a seriedade do exame.

COMO O TÍTULO DA REDAÇÃO É AVALIADO?

O título é um elemento opcional na produção da sua redação. Assim, embora seja considerado linha escrita, não é avaliado em qualquer aspecto relacionado às competências da Matriz de Referência. No entanto, o título pode levar à atribuição da nota 0 (zero) à redação caso apresente alguma característica passível de anulação (por exemplo, desenhos, sinais gráficos sem função evidente, improperios etc.).

COMO SERÁ AVALIADA A REDAÇÃO DE PARTICIPANTES QUE TIVERAM APROVADA A SOLICITAÇÃO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO?

Na avaliação da redação do(a) participante surdo(a) ou com deficiência auditiva, surdo-cegueira e(ou) com Transtorno do Espectro Autista, cujo documento, declaração ou parecer que motivou a solicitação de atendimento especializado tenha sido aprovado, serão adotados mecanismos de avaliação coerentes com suas singularidades linguísticas no domínio da modalidade escrita da língua portuguesa, em conformidade com o inciso VI do artigo 30 da Lei n.º 13.146 de 6 de junho de 2015.

COMO SERÁ AVALIADA A REDAÇÃO DE PARTICIPANTES SURDOS(AS) OU COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA?

Na avaliação da redação do(a) participante surdo(a) ou com deficiência auditiva, serão adotados mecanismos de avaliação coerentes com suas

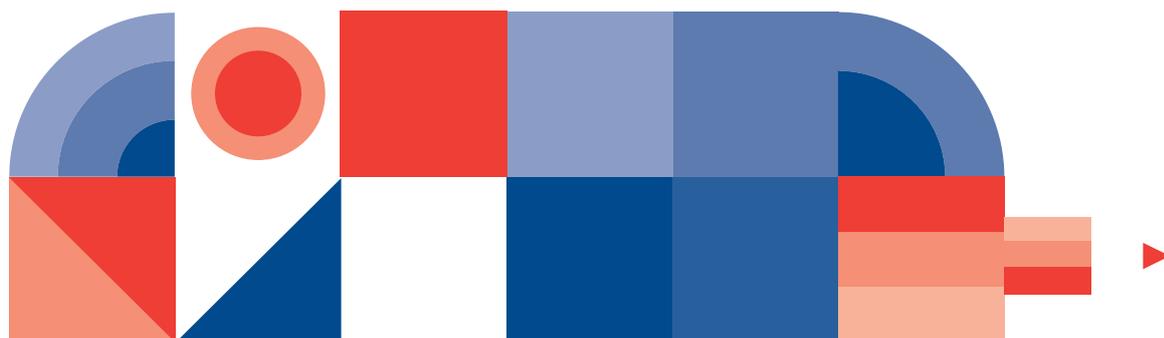
singularidades linguísticas no domínio da modalidade escrita da língua portuguesa, de acordo com o inciso VI do artigo 30 da Lei n.º 13.146 de 6 de junho de 2015. Em 2024, mais uma vez, disponibilizamos um documento especialmente dedicado aos(as) participantes surdos(as) ou com deficiência auditiva, no qual são apresentadas as especificidades da avaliação das redações desse público.

COMO SERÁ AVALIADA A REDAÇÃO DE PARTICIPANTES COM DISLEXIA?

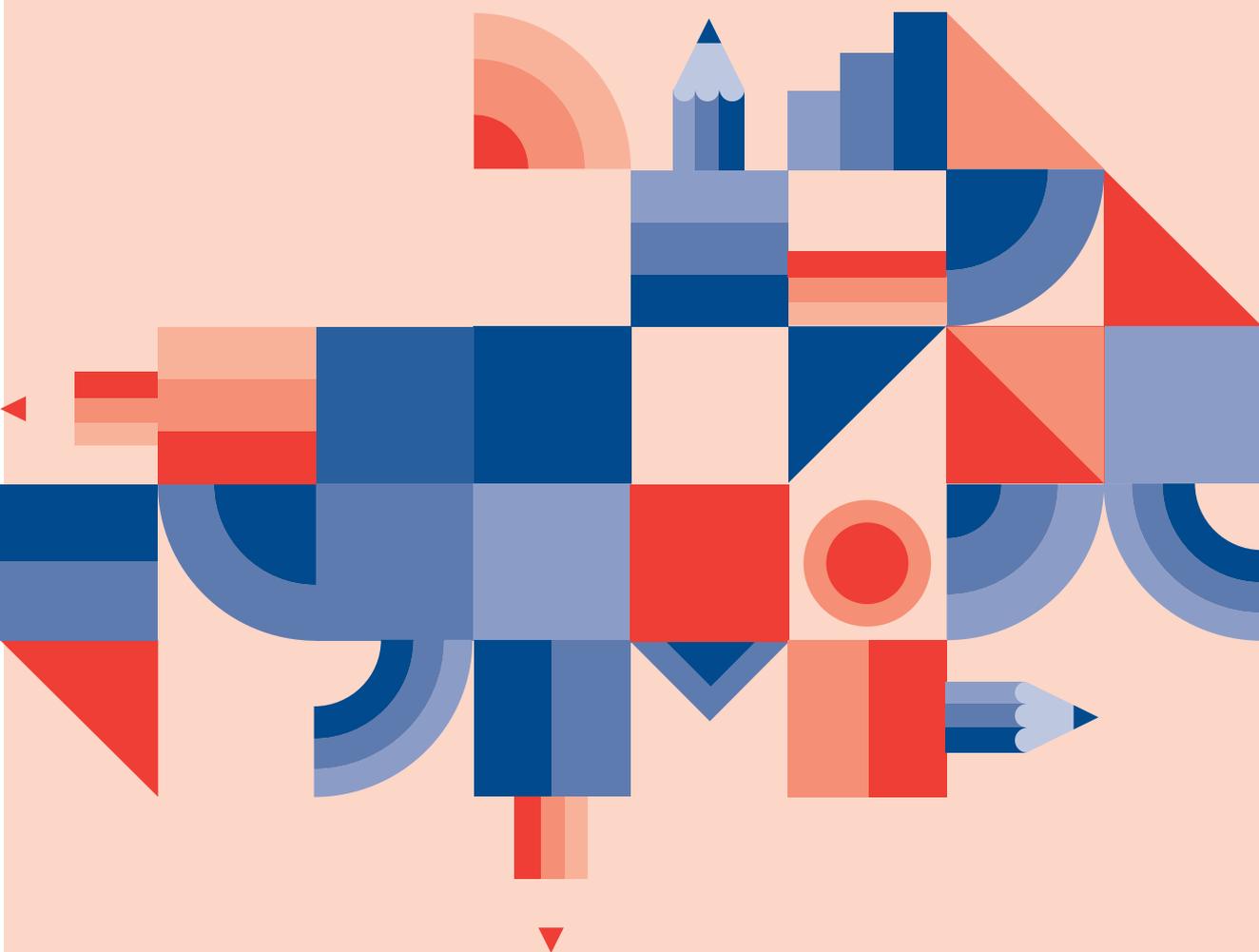
Na avaliação da redação do(a) participante com dislexia, serão adotados critérios de avaliação que considerem as características linguísticas específicas à dislexia. Em 2024, mais uma vez, disponibilizamos um documento especialmente dedicado aos(as) participantes com dislexia, no qual são apresentadas as especificidades da avaliação das redações desse público.

COMO SERÁ AVALIADA A REDAÇÃO DE PARTICIPANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA?

Desde 2020, as redações dos(as) participantes que apresentam Transtorno do Espectro Autista (TEA) são avaliadas por uma banca especializada. Serão adotados critérios de avaliação que considerem questões linguísticas específicas relacionadas ao TEA, em conformidade com o inciso VI do artigo 30 da Lei n.º 13.146 de 6 de junho de 2015. Em 2024, mais uma vez, elaboramos um documento especialmente dedicado aos(as) participantes com TEA.



1. MATRIZ DE REFERÊNCIA PARA A REDAÇÃO 2024



Apresentamos, a seguir, o detalhamento das cinco competências a serem avaliadas na sua redação. Nosso objetivo é explicitar os critérios de avaliação, de modo a ajudar na sua preparação para o exame. Ainda que entendamos que o texto é uma unidade de sentido em que todos os aspectos se inter-relacionam para construir a textualidade, a avaliação dos textos é separada por competências, o que torna o processo mais objetivo.

1.1 COMPETÊNCIA I

DEMONSTRAR DOMÍNIO DA MODALIDADE ESCRITA FORMAL DA LÍNGUA PORTUGUESA

A Competência I avalia se o(a) participante domina a modalidade escrita formal da língua portuguesa, o que inclui o conhecimento das convenções da escrita, entre as quais se encontram as regras de ortografia e de acentuação gráfica regidas pelo atual Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Além disso, o domínio da modalidade escrita formal será observado na adequação do seu texto em relação tanto às regras gramaticais quanto à construção sintática.

Para que você tenha mais clareza a respeito das expectativas em relação a um(a) concluinte do ensino médio no que se refere ao domínio da modalidade escrita formal, apresentamos, a seguir, os principais aspectos que guiam o olhar do(a) avaliador(a) no momento de definir o nível em que seu texto se encontra na Competência I.

Primeiramente, você deve atentar ao fato de que a escrita formal é a modalidade da língua associada a textos do tipo dissertativo-argumentativo. Assim, você será alertado(a) sobre a obrigatoriedade de usar a modalidade formal já na proposta de redação: “A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo **em modalidade escrita formal da língua portuguesa** sobre o tema...”.

Desse modo, o(a) avaliador(a) julgará sua redação, nessa competência, considerando os possíveis problemas de construção sintática e a presença de desvios (de convenções da escrita, gramaticais, de escolha de registro e de escolha vocabular).

A **estrutura sintática** é objeto de avaliação da Competência I, juntamente aos desvios, uma vez que esse aspecto também faz parte das regras da língua portuguesa — aquelas que dizem respeito à construção das frases do texto. Uma estrutura sintática convencional pressupõe a existência de determinados elementos oracionais que se organizam na frase e garantem a fluidez da leitura e a apresentação clara das ideias, com períodos bem estruturados e completos. Além disso, por se tratar de um texto dissertativo-argumentativo, que deve ser escrito na modalidade formal da língua portuguesa, espera-se, para que uma redação receba a nota máxima na Competência I, que os períodos apresentem complexidade em sua construção, com orações subordinadas e intercaladas. Já os textos com falhas relacionadas à estrutura sintática geralmente apresentam períodos truncados e justaposição de palavras, ausência de termos ou excesso de palavras (elementos sintáticos). Esses problemas são caracterizados, normalmente, por um ponto final separando duas orações que deveriam constituir um mesmo período (truncamento) ou uma vírgula no lugar de um ponto final que deveria indicar o fim da frase (justaposição), o que interfere na qualidade da estrutura sintática. A frequência com que essas falhas ocorrem no texto e o quanto elas prejudicam sua compreensão como um todo é o que ajudará a definir o nível em que uma redação deve ser avaliada na Competência I. Quanto aos **desvios**, você deve estar atento aos seguintes aspectos:

- **convenções da escrita:** acentuação, ortografia, uso de hífen, emprego de letras maiúsculas e minúsculas e separação silábica (translineação);
- **gramaticais:** regência verbal e nominal, concordância verbal e nominal, tempos e modos verbais, pontuação, paralelismos sintático, morfológico e semântico, emprego de pronomes e crase;
- **escolha de registro:** adequação à modalidade escrita formal, isto é, ausência de uso de registro informal e/ou de marcas de oralidade;
- **escolha vocabular:** emprego de vocabulário preciso, o que significa que as palavras selecionadas são usadas em seu sentido correto e são apropriadas ao contexto em que aparecem.

O quadro a seguir apresenta os seis níveis de desempenho que serão utilizados para avaliar a Competência I nas redações do Enem 2024.

200 pontos	Demonstra excelente domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa e de escolha de registro. Desvios gramaticais ou de convenções da escrita serão aceitos somente como excepcionalidade e quando não caracterizarem reincidência.
160 pontos	Demonstra bom domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa e de escolha de registro, com poucos desvios gramaticais e de convenções da escrita.
120 pontos	Demonstra domínio mediano da modalidade escrita formal da língua portuguesa e de escolha de registro, com alguns desvios gramaticais e de convenções da escrita.
80 pontos	Demonstra domínio insuficiente da modalidade escrita formal da língua portuguesa, com muitos desvios gramaticais, de escolha de registro e de convenções da escrita.
40 pontos	Demonstra domínio precário da modalidade escrita formal da língua portuguesa, de forma sistemática, com diversificados e frequentes desvios gramaticais, de escolha de registro e de convenções da escrita.
0 ponto	Demonstra desconhecimento da modalidade escrita formal da língua portuguesa.

1.2 COMPETÊNCIA II

COMPREENDER A PROPOSTA DE REDAÇÃO E APLICAR CONCEITOS DAS VÁRIAS ÁREAS DE CONHECIMENTO PARA DESENVOLVER O TEMA DENTRO DOS LIMITES ESTRUTURAIS DO TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO EM PROSA

O segundo aspecto a ser avaliado no seu texto é a compreensão da proposta de redação, composta por um tema específico a ser desenvolvido na forma de **texto dissertativo-argumentativo** — ou seja, a proposta exige que o(a) participante escreva um texto dissertativo-argumentativo, que é um texto em que, por meio de argumentação, se faz a defesa de uma ideia ou de um ponto de vista. É mais do que uma simples exposição de ideias; por isso, você deve evitar elaborar um texto de caráter apenas expositivo, devendo assumir claramente um ponto de vista. Além disso, é preciso que o ponto de vista que você irá defender esteja relacionado ao

tema definido na proposta. Assim, você atenderá às exigências expressas pela Competência II da Matriz de Referência para a Redação do Enem. Trata-se, portanto, de uma competência que avalia as habilidades integradas de leitura e de escrita.

O **tema** constitui o núcleo das ideias sobre as quais o ponto de vista se organiza e é caracterizado por ser uma delimitação de um assunto mais abrangente. Por isso, é preciso atender ao recorte temático definido para evitar tangenciá-lo (abordar parcialmente o tema) ou, ainda pior, desenvolver um tema distinto do determinado pela proposta.

Outro aspecto avaliado na Competência II é a presença de **repertório sociocultural**, que se configura como uma informação, um fato, uma citação ou uma experiência vivida que, de alguma forma, contribua como argumento para a discussão proposta.

A partir dessas considerações, seguem algumas recomendações para atender plenamente às expectativas em relação à Competência II:

- leia com atenção a proposta da redação e os textos motivadores para compreender bem o que está sendo solicitado;
- reflita sobre o tema proposto para definir qual será o foco da sua discussão, isto é, para decidir como abordá-lo, qual será o ponto de vista adotado e como defendê-lo;
- não copie trechos dos textos motivadores. A recorrência de cópia é avaliada negativamente e fará que sua redação tenha uma pontuação mais baixa ou, até mesmo, seja anulada como cópia;
- evite ficar preso às ideias desenvolvidas nos textos motivadores. Você pode se apropriar dessas ideias para construir sua argumentação, mas não deve esquecer de utilizar informações que extrapolem a prova de redação e sejam relacionadas a uma área do conhecimento (repertório sociocultural);
- selecione, a partir de seus conhecimentos próprios, e não apenas dos textos motivadores, informações de áreas do conhecimento pertinentes ao tema e articule-as de modo produtivo no seu texto, evidenciando que elas servem a um propósito muito bem definido: ajudá-lo a validar seu ponto de vista. Informações e citações soltas no texto, por mais variadas e interessantes que sejam, perdem sua relevância quando não associadas produtivamente à defesa do ponto de vista desenvolvido em seu texto;
- mantenha-se dentro dos limites do tema proposto, tomando cuidado para não se afastar do seu foco. Esse é um dos principais problemas identificados nas redações. Nesse caso, duas situações podem ocorrer: fuga total ou tangenciamento ao tema.

No Enem 2023, o tema se referia à discussão sobre “**Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil**”, uma questão de grande relevância social no país. A proposta de redação aplicada foi a seguinte:



INSTRUÇÕES PARA A REDAÇÃO

1. O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
2. O texto definitivo deve ser escrito à tinta preta, na folha própria, em até 30 (trinta) linhas.
3. A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para a contagem de linhas.
4. **Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:**
 - 4.1. tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada “texto insuficiente”;
 - 4.2. fugir ao tema ou não atender ao tipo dissertativo-argumentativo;
 - 4.3. apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto;
 - 4.4. apresentar nome, assinatura, rubrica ou outras formas de identificação no espaço destinado ao texto.

TEXTO I

O trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade

O trabalho de cuidado é essencial para nossas sociedades e para a economia. Ele inclui o trabalho de cuidar de crianças, idosos e pessoas com doenças e deficiências físicas e mentais, bem como o trabalho doméstico diário que inclui cozinhar, limpar, lavar, consertar coisas e buscar água e lenha. Se ninguém investisse tempo, esforços e recursos nessas tarefas diárias essenciais, comunidades, locais de trabalho e economias inteiras ficariam estagnados. Em todo o mundo, o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago é desproporcionalmente assumido por mulheres e meninas em situação de pobreza, especialmente por aquelas que pertencem a grupos que, além da discriminação de gênero, sofrem preconceito em decorrência de sua raça, etnia, nacionalidade e sexualidade. As mulheres são responsáveis por mais de três quartos do cuidado não remunerado e compõem dois terços da força de trabalho envolvida em atividades de cuidado remuneradas.

Documento informativo – Tempo de Cuidar. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br>. Acesso em: 18 de jul. de 2023 (adaptado).

TEXTO II

Média de horas dedicadas pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade aos afazeres domésticos e/ou às tarefas de cuidado de pessoas, por sexo

Brasil - 2019	
Sexo	Horas Semanais
Homens	11,0
Mulheres	21,4

Fonte: IBGE - Pnad contínua anual

Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>. Acesso em: 18 de jul. 2023 (adaptado).

TEXTO III

A sociedade brasileira tem passado por inúmeras transformações sociais ao longo das últimas décadas. Entre elas, as percepções sociais a respeito dos valores e das convenções de gênero e a forma como mulheres têm se inserido na sociedade. Algumas permanências, porém, chamam a atenção, como a delegação quase que exclusiva às famílias – e, nestas, às mulheres – de atividades relacionadas à reprodução da vida e da sociedade, usualmente nominadas trabalho de cuidado.

Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br>. Acesso em: 24 maio 2023 (adaptado).

TEXTO IV



Capa da revista Pesquisa. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br>. Acesso em: 23 maio 2023 (adaptado).

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista.

Com base no recorte temático definido pela proposta, o(a) participante precisaria considerar as várias dimensões do tema contidas nos textos motivadores. O Texto I é um trecho de um documento informativo publicado pela Oxfam Brasil, intitulado “O trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade”, que define o que é o trabalho de cuidado e lista as atividades referentes a esse trabalho não remunerado ou não pago em diferentes contextos e que é majoritariamente feminino; o Texto II traz uma tabela resumida com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), intitulada “Média de horas dedicadas pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade aos afazeres domésticos e/ou às tarefas de cuidado de pessoas, por sexo”; o Texto III traz o trecho de uma sinopse de um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a qual enfatiza a quase exclusividade do papel delegado às famílias — especialmente às mulheres — nas atividades de reprodução da vida e do cuidado, mesmo com a maior percepção sobre valores e convenções de gênero ocorridas na sociedade brasileira nas últimas décadas; por fim, o Texto IV é a reprodução da capa de uma edição da revista de divulgação científica Pesquisa Fapesp, com a imagem de três pessoas: uma mulher, acompanhada, de um lado, por uma criança, e de outro, por uma idosa com uma bengala, com o seguinte título e subtítulo ao lado da imagem: “Desafios do cuidado: aumenta o número de pessoas que demandam serviços de assistência, obrigando os países a repensar seus sistemas de atenção; no Brasil, protagonismo continua familiar”.

O QUE É FUGA TOTAL AO TEMA?

Considera-se que uma redação tenha fugido ao tema quando nem o assunto mais amplo nem o tema específico proposto são desenvolvidos.

No **Enem 2023**, o tema foi considerado completo quando se abordavam os desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil, reconhecendo a existência desse problema social (a invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil), em primeiro lugar, e os desafios para enfrentá-lo, complementarmente.

Sendo assim, recebeu a rubrica **fuga ao tema** a redação que abordou:

- o trabalho no Brasil, sem relacioná-lo ao trabalho de cuidado e/ou à mulher;

- a assistência ofertada por instituições públicas e/ou privadas, sem menção à pessoa que cuida;
- o trabalho de cuidado exercido exclusivamente por homens.

ATENÇÃO!

Para evitar que você receba nota zero em seu texto por fuga ao tema, é importante que você desenvolva uma discussão dentro dos limites do tema definido pela proposta. Mencioná-lo apenas no título, por exemplo, ou deixá-lo subentendido, supondo que a banca vai saber sobre o que você está falando, não é suficiente. Lembre-se de que sua redação deve ser compreendida, até mesmo, por um(a) leitor(a) que não tenha tido acesso à proposta de redação na qual ela foi baseada. Por isso, muita atenção à abordagem do tema, que deve ser clara e explícita.

O QUE É TANGENCIAR O TEMA?

Considera-se tangenciamento ao tema uma **abordagem parcial** baseada somente no assunto mais amplo a que o tema está vinculado.

No Enem 2023, foi configurado como **tangenciamento** ao tema o encaminhamento que abordou:

- o trabalho da mulher, sua rotina, sem menção à questão do cuidado ou da sobrecarga a ele associada;
- o cuidado realizado pela mulher, desassociado da ideia de trabalho, mas associado a vocação, destino, função “natural” da mulher na sociedade;
- a divisão do trabalho entre mulheres e homens na sociedade, sem relacioná-la ao trabalho de cuidado.

ATENÇÃO!

Conforme previsto na Matriz de Referência de redação do Enem, o tangenciamento ao tema, avaliado na Competência II, afeta também a avaliação das Competências III e V, impedindo que a redação receba nota acima de 40 pontos em todas essas competências.

O QUE É NÃO ATENDER AO TIPO TEXTUAL?

Não atende ao tipo textual a redação em que há predominância de características de outro tipo textual, como o narrativo ou o descritivo, por exemplo.

O QUE É UM TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO?

O texto do **tipo dissertativo-argumentativo** é aquele que se organiza com base na defesa de um ponto de vista sobre determinado assunto. É fundamentado com argumentos, a fim de influenciar a opinião da pessoa que lê, tentando convencê-la de que a ideia defendida é válida. É preciso, portanto, expor e explicar ideias. Por isso, a dupla natureza desse tipo textual: é argumentativo porque defende um ponto de vista, uma opinião, e é dissertativo porque utiliza explicações para justificá-lo.

O objetivo desse texto é, em última análise, convencer o(a) leitor(a) de que determinado ponto de vista é acertado e relevante. Para tanto, deve-se mobilizar informações, fatos e opiniões, à luz de um raciocínio coerente e consistente.

ATENÇÃO!

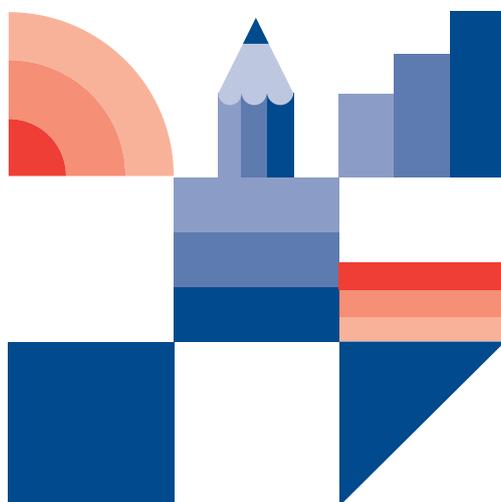
Será atribuída nota zero à redação que apresentar predominância de características de outro tipo textual, mesmo que atenda às exigências dos outros critérios de avaliação. Já redações que apresentam muitas características de outro tipo textual em meio a um texto predominantemente dissertativo-argumentativo não receberão a nota zero total, mas serão penalizadas na Competência II. Portanto, você não deve, por exemplo, elaborar um poema ou reduzir o seu texto à narração de uma história ou a um depoimento de experiência pessoal, ainda que aborde o tema de forma completa. No processo argumentativo, é possível apresentar trechos pontuais narrando acontecimentos que justificam o ponto de vista, mas o texto não pode se reduzir a uma narração, por esta não apresentar as características do tipo textual solicitado.

O quadro a seguir apresenta os seis níveis de desempenho que serão utilizados para avaliar a Competência II nas redações do Enem 2024.

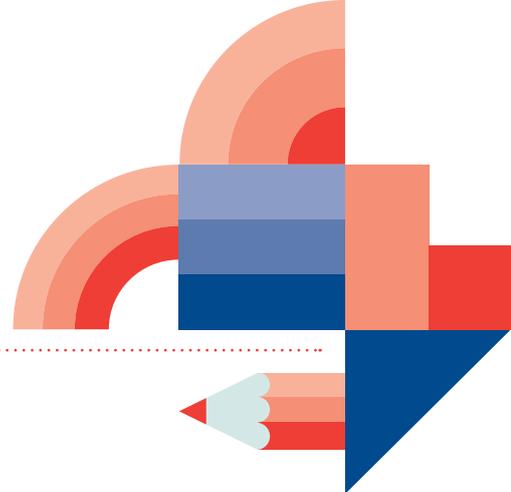
200 pontos	Desenvolve o tema por meio de argumentação consistente, a partir de um repertório sociocultural produtivo, e apresenta excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo.
160 pontos	Desenvolve o tema por meio de argumentação consistente e apresenta bom domínio do texto dissertativo-argumentativo, com proposição, argumentação e conclusão.
120 pontos	Desenvolve o tema por meio de argumentação previsível e apresenta domínio mediano do texto dissertativo-argumentativo, com proposição, argumentação e conclusão.
80 pontos	Desenvolve o tema recorrendo à cópia de trechos dos textos motivadores ou apresenta domínio insuficiente do texto dissertativo-argumentativo, não atendendo à estrutura com proposição, argumentação e conclusão.
40 pontos	Apresenta o assunto, tangenciando o tema, ou demonstra domínio precário do texto dissertativo-argumentativo, com traços constantes de outros tipos textuais.
0 ponto	Fuga ao tema/não atendimento à estrutura dissertativo-argumentativa. Nestes casos a redação recebe nota zero e é anulada.

ATENÇÃO!

Se sua redação apresentar fuga ao tema ou não atender ao tipo dissertativo-argumentativo, ela não será avaliada em nenhuma das competências e a sua nota final na prova de redação será zero.



1.3 COMPETÊNCIA III



SELECIONAR, RELACIONAR, ORGANIZAR E INTERPRETAR INFORMAÇÕES, FATOS, OPINIÕES E ARGUMENTOS EM DEFESA DE UM PONTO DE VISTA

O terceiro aspecto a ser avaliado é a forma como você, em seu texto, seleciona, relaciona, organiza e interpreta informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa do ponto de vista escolhido. É preciso, então, elaborar um texto que apresente, claramente, uma ideia a ser defendida e os argumentos que justifiquem a posição assumida por você em relação à temática da proposta de redação.

A Competência III trata da inteligibilidade do seu texto, ou seja, de sua coerência e da plausibilidade entre as ideias apresentadas, o que está alicerçado no planejamento prévio à escrita, isto é, na elaboração de um **projeto de texto**.

A inteligibilidade da sua redação depende, portanto, dos seguintes fatores:

- seleção de argumentos;
- relação de sentido entre as partes do texto;
- progressão adequada ao desenvolvimento do tema, revelando que a redação foi planejada e que as ideias desenvolvidas são, pouco a pouco, apresentadas de forma organizada;
- desenvolvimento dos argumentos, com a explicitação da relevância das ideias apresentadas para a defesa do ponto de vista definido.

O QUE É PROJETO DE TEXTO?

Projeto de texto é o planejamento prévio à escrita da redação. É o esquema que se deixa perceber pela organização estratégica dos argumentos presentes no texto. Nesse projeto, são definidos os argumentos que serão mobilizados para a defesa do ponto de vista e qual a melhor ordem para apresentá-los, de modo a garantir que o texto final seja articulado, claro e coerente. Assim, o texto que atende às expectativas referentes à Competência III é aquele no qual é possível perceber

a presença implícita de um projeto de texto, ou seja, aquele em que é claramente identificável a estratégia escolhida para defender o ponto de vista.

O QUE É DESENVOLVIMENTO?

O desenvolvimento é a fundamentação dos argumentos apresentados ao longo da sua redação, ou seja, a forma como você explicita e explica informações, fatos e opiniões que apresenta ao(à) leitor(a). Um bom desenvolvimento pode ser feito por meio de exemplos, definições, comparações, analogias, estatísticas etc. De qualquer modo, ele precisa sempre ser relacionado ao ponto de vista que orienta seu projeto de texto, a fim de que nenhuma informação pareça solta ou confusa. Por haver um número limite de linhas, a seleção de informações a serem utilizadas em seu projeto de texto deve ser feita com cuidado. É preciso escolher os melhores argumentos e fazer todos os desdobramentos necessários das informações, dos fatos e das opiniões, para que não fiquem lacunas de sentido a serem preenchidas pelo(a) leitor(a).

Seguem algumas recomendações para atender plenamente às expectativas em relação à Competência III:

- defina, a partir do tema apresentado na prova de redação, qual será o ponto de vista que você vai defender em seu texto;
- reúna todas as ideias que lhe ocorrerem sobre o tema e depois selecione as que forem pertinentes para a defesa do seu ponto de vista, procurando organizá-las em uma estrutura coerente para usá-las no desenvolvimento do seu texto;
- verifique se as informações, os fatos, as opiniões e os argumentos selecionados são pertinentes para a defesa do seu ponto de vista;
- procure, na organização das ideias selecionadas para serem abordadas em seu texto, definir uma ordem que possibilite ao(à) leitor(a) acompanhar o seu raciocínio facilmente, o que significa que a progressão textual deve ser fluente e articulada com o projeto do texto;

- examine com atenção a introdução e a conclusão, para garantir que a coerência tenha sido mantida entre o início e o final da redação;
- observe se os argumentos apresentados convergem para a defesa de seu ponto de vista. Além disso, verifique se todos eles estão bem desenvolvidos e não deixam lacunas de sentido para serem preenchidas pelo(a) leitor(a);
- evite apresentar informações, fatos e opiniões soltos no texto, sem desenvolvimento e sem articulação com as outras ideias apresentadas.

ATENÇÃO!

Lembre-se de que há uma limitação no número de linhas e, por esse motivo, seu texto deve ser constituído apenas por informações, fatos, opiniões e argumentos que sejam pertinentes para a defesa do seu ponto de vista. Evite perder tempo (e linhas em sua redação) com informações irrelevantes, repetidas ou excessivas, e não se esqueça de reler seu texto com atenção antes de finalizá-lo.

Resumindo: na organização do texto dissertativo-argumentativo, você deve procurar atender às seguintes exigências:

- apresentação clara do ponto de vista e seleção dos argumentos que o sustentam;
- encadeamento das ideias, de modo que cada parágrafo apresente informações coerentes com o que foi discorrido anteriormente, sem repetições desnecessárias ou saltos temáticos (mudanças abruptas sobre o que está sendo discutido);
- desenvolvimento dessas ideias por meio da explicitação, explicação ou exemplificação de informações, fatos e opiniões, de modo a justificar, para o(a) leitor(a), o ponto de vista escolhido.

O quadro a seguir apresenta os seis níveis de desempenho que serão utilizados para avaliar a Competência III nas redações do Enem 2024.

200 pontos	Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, de forma consistente e organizada, configurando autoria, em defesa de um ponto de vista.
160 pontos	Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema, de forma organizada, com indícios de autoria, em defesa de um ponto de vista.
120 pontos	Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema, limitados aos argumentos dos textos motivadores e pouco organizados, em defesa de um ponto de vista.
80 pontos	Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema, mas desorganizados ou contraditórios e limitados aos argumentos dos textos motivadores, em defesa de um ponto de vista.
40 pontos	Apresenta informações, fatos e opiniões pouco relacionados ao tema ou incoerentes e sem defesa de um ponto de vista.
0 ponto	Apresenta informações, fatos e opiniões não relacionados ao tema e sem defesa de um ponto de vista.

1.4 COMPETÊNCIA IV

DEMONSTRAR CONHECIMENTO DOS MECANISMOS LINGÜÍSTICOS NECESSÁRIOS PARA A CONSTRUÇÃO DA ARGUMENTAÇÃO

Os aspectos a serem avaliados na Competência IV dizem respeito à estruturação lógica e formal entre as partes da redação. A organização textual exige que as frases e os parágrafos estabeleçam entre si uma relação que garanta a sequenciação coerente do texto e a interdependência entre as ideias. Essa articulação é feita mobilizando-se recursos coesivos, em especial operadores argumentativos, que são os principais termos responsáveis pelas relações semânticas construídas ao longo do texto dissertativo-argumentativo, por exemplo, relações de igualdade (assim como, outrossim etc.), de adversidade (entretanto, porém etc.), de causa/

consequência (por isso, assim etc.), de conclusão (enfim, portanto etc.). Certas preposições, conjunções, alguns advérbios e locuções adverbiais são responsáveis pela coesão do texto porque estabelecem uma inter-relação entre orações, frases e parágrafos, além de pronomes e expressões referenciais, conforme explicaremos adiante, no item “referenciação”.

Assim, na produção da sua redação, você deve utilizar variados recursos linguísticos que garantam as relações de continuidade essenciais à elaboração de um texto coeso. Na avaliação da Competência IV, serão considerados, portanto, os mecanismos linguísticos que promovem o encadeamento textual.

Você viu que as Competências III e IV consideram a construção da argumentação ao longo do texto, porém avaliam aspectos diferentes. Na Competência III, avalia-se a capacidade de o(a) participante “selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista”, ou seja, trata-se da estrutura mais profunda do texto. Já a coesão, observada na Competência IV, atua na superfície textual, isto é, avaliam-se as marcas linguísticas que ajudam o(a) leitor(a) a chegar à compreensão profunda do texto.

Desse modo, você deve, na construção de seu texto, demonstrar conhecimento sobre os mecanismos linguísticos necessários para um adequado encadeamento textual, considerando os recursos coesivos que garantem a conexão de ideias tanto entre os parágrafos quanto dentro deles.

COMO GARANTIR A COESÃO DO TEXTO?

Para garantir a coesão textual, devem ser observados determinados princípios em diferentes níveis:

- **estruturação dos parágrafos** — um parágrafo é uma unidade textual formada por uma ideia principal à qual se ligam ideias secundárias. No texto dissertativo-argumentativo, os parágrafos podem ser desenvolvidos por comparação, por causa-consequência, por exemplificação, por detalhamento, entre outras possibilidades. Deve haver articulação explícita entre um parágrafo e outro.
- **estruturação dos períodos** — pela própria especificidade do texto dissertativo-argumentativo, os períodos do texto são, normalmente,

estruturados de modo complexo, formados por duas ou mais orações, para que possam ser expressadas as ideias de causa/consequência, contradição, temporalidade, comparação, conclusão, por exemplo.

- **referenciação** — pessoas, coisas, lugares e fatos são apresentados e, depois, retomados, à medida que o texto vai progredindo. Esse processo pode ser realizado mediante o uso de pronomes, advérbios, artigos, sinônimos, antônimos, hipônimos, hiperônimos, além de expressões resumitivas, metafóricas ou metadiscursivas.

RECOMENDAÇÕES

Procure utilizar as seguintes estratégias de coesão para se referir a elementos que já apareceram no texto:

- a) substituição de termos ou expressões por pronomes pessoais, possessivos e demonstrativos, advérbios que indicam localização, artigos;
 - b) substituição de termos ou expressões por sinônimos, hipônimos, hiperônimos ou expressões resumitivas;
 - c) substituição de verbos, substantivos, períodos ou fragmentos do texto por conectivos ou expressões que retomem o que foi dito;
 - d) elipse ou omissão de elementos que já tenham sido citados ou que sejam facilmente identificáveis.
- Utilize operadores argumentativos para relacionar orações, períodos e parágrafos de forma expressiva ao longo do texto.
 - Verifique se o elemento coesivo utilizado estabelece a relação de sentido pretendida.

Resumindo: na elaboração da redação, você deve evitar:

- ausência de articulação entre orações, frases e parágrafos;
- ausência de paragrafação (texto elaborado em um único parágrafo);

- emprego de conector (preposição, conjunção, pronome relativo, alguns advérbios e locuções adverbiais) que não estabeleça relação lógica entre dois trechos do texto e prejudique a compreensão da mensagem;
- repetição ou substituição inadequada de palavras sem se valer dos recursos oferecidos pela língua (pronome, advérbio, artigo, sinônimo).

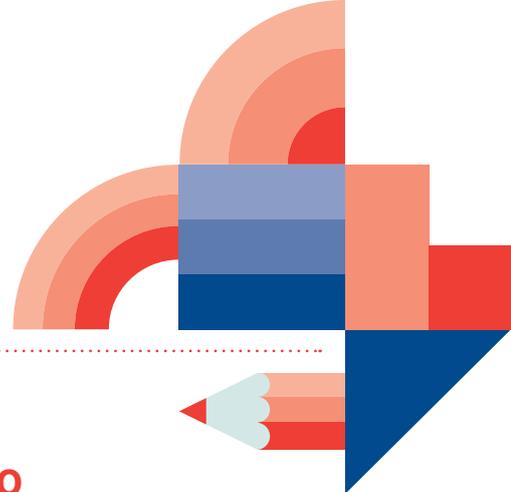
ATENÇÃO!

Não utilize elementos coesivos de forma artificial ou excessiva, apenas porque é um dos critérios avaliados na prova de redação ou porque seu texto vai parecer mais bem escrito. Uma boa coesão não depende da mera presença de conectivos no texto muito menos de serem utilizados em grande quantidade — é preciso que esses recursos estabeleçam relações lógicas adequadas entre as ideias apresentadas.

O quadro a seguir apresenta os seis níveis de desempenho que serão utilizados para avaliar a Competência IV nas redações do Enem 2024.

200 pontos	Articula bem as partes do texto e apresenta repertório diversificado de recursos coesivos.
160 pontos	Articula as partes do texto, com poucas inadequações, e apresenta repertório diversificado de recursos coesivos.
120 pontos	Articula as partes do texto, de forma mediana, com inadequações, e apresenta repertório pouco diversificado de recursos coesivos.
80 pontos	Articula as partes do texto, de forma insuficiente, com muitas inadequações, e apresenta repertório limitado de recursos coesivos.
40 pontos	Articula as partes do texto de forma precária.
0 ponto	Não articula as informações.

1.5 COMPETÊNCIA V



ELABORAR PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PARA O PROBLEMA ABORDADO, RESPEITANDO OS DIREITOS HUMANOS

O quinto aspecto a ser avaliado no seu texto é a apresentação de uma proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando-se os direitos humanos. Propor uma intervenção para o problema apresentado pelo tema significa sugerir uma iniciativa que busque enfrentá-lo.

A elaboração de uma proposta de intervenção na prova de redação do Enem representa uma ocasião para que você demonstre seu preparo para exercitar a cidadania e atuar na realidade em consonância com os direitos humanos. Portanto, você deve usar os conhecimentos desenvolvidos ao longo de sua formação para a produção de um texto no qual, além de se posicionar de maneira crítica e argumentar a favor de um ponto de vista, você possa indicar uma iniciativa que interfira no problema discutido em sua redação.

A proposta de intervenção precisa estar relacionada ao tema e integrada ao seu projeto de texto. Considerando seu planejamento de escrita (avaliado na Competência III), sua proposta deve ser coerente em relação ao ponto de vista desenvolvido e aos argumentos utilizados, já que expressa sua visão, como autor(a), das possíveis soluções para a questão discutida. Assim, é necessário que a intervenção apontada responda aos problemas abordados por você, mostrando-se articulada ao seu projeto de texto.

Ao redigir seu texto, busque apresentar uma proposta concreta, específica ao tema e consistente com o desenvolvimento de suas ideias. Para construir uma proposta muito bem elaborada, você deve não apenas propor uma ação interventiva, mas também apontar o(a) agente social competente para executá-la, de acordo com o âmbito da ação escolhida: individual, familiar, comunitário, social, político, governamental. Além disso, você deve determinar o meio de execução da ação e o seu efeito ou a sua finalidade, bem como incluir algum outro detalhamento.

Ao elaborar sua proposta, procure responder às seguintes perguntas:

- 1) O que é possível apresentar como solução para o problema?
- 2) Quem deve executá-la?
- 3) Como viabilizar essa solução?
- 4) Qual efeito ela pode alcançar?
- 5) Que outra informação pode ser acrescentada para detalhar a proposta?

Resumindo: seu texto será avaliado com base na composição da proposta que você apresentar.

ATENÇÃO!

Existem várias formas de propor uma intervenção e, por isso, você deve explorar aquela que seja mais adequada ao tema e ao seu projeto de texto. Contudo, fique atento para que sua proposta esteja explícita. Apenas constatar a falta de uma ação ou de um projeto (como em “faltam investimentos em x”) ainda não é suficiente para configurar uma proposta de intervenção. Além disso, evite propostas vagas, genéricas ou incompatíveis com a discussão bem como estruturas que não permitam ter certeza de que você está propondo, de fato, uma intervenção (como em “se x for feito, o resultado poderá ser y”). Em suma, você deve expor com clareza o seu desejo de intervir na realidade e a sua proposta deve contemplar a situação problematizada em seu texto.

O QUE É CONSIDERADO DESRESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS?

A prova de redação do Enem sempre assinalou a necessidade de o(a) participante respeitar os direitos humanos, e essa determinação está na Matriz de Referência da redação do Enem. Conforme a matriz, as redações que apresentarem propostas de intervenção que desrespeitem os direitos humanos serão penalizadas na Competência V.

Pode-se dizer que determinadas ideias e ações serão sempre avaliadas como contrárias aos direitos humanos, tais como: defesa de tortura, mutilação, execução sumária e qualquer forma de “justiça com as próprias mãos”; incitação a qualquer tipo de violência motivada por questões de raça, etnia, gênero, credo, opinião

política, condição física, origem geográfica ou socioeconômica; explicitação de qualquer forma de discurso de ódio (voltado contra grupos sociais específicos).

Para a avaliação das redações, são considerados os seguintes princípios norteadores dos direitos humanos, pautados no artigo 3.º da Resolução n.º 1 de 30 de maio de 2012, o qual estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos:

- dignidade humana;
- igualdade de direitos;
- reconhecimento e valorização das diferenças e diversidades;
- laicidade do Estado;
- democracia na educação;
- transversalidade, vivência e globalidade;
- sustentabilidade socioambiental.

Há, também, algumas ideias e ações contrárias aos direitos humanos que estão mais diretamente relacionadas ao tema da prova. Assim, com relação ao tema de redação proposto na edição de 2023, ferem os direitos humanos as ações que:

- neguem o direito ao trabalho à mulher, nas mais diversas profissões, em razão de sua condição “natural” que a obriga, histórica e socialmente, a cuidar da casa e da família;
- apregoem a necessidade de remuneração desigual entre homens e mulheres, na realização das mesmas atividades laborais, pelo fato de considerarem que elas possuem “obrigações naturais de cuidado”, fruto da condição feminina histórica e socialmente construída;
- associem o trabalho de cuidado às mulheres pertencentes a uma etnia, uma nacionalidade e/ou uma orientação sexual específica, atribuindo aos membros desse grupo características de inferioridade decorrentes de processos de minorização histórica, econômica, social e/ou educacional;

- restrinjam direitos civis básicos das mulheres, em diversos papéis sociais e familiares, a exemplo do direito de ir e vir, de estudar, de se relacionar com outras pessoas da comunidade etc.;
- restrinjam direitos reprodutivos da mulher com vistas a garantir que ela possa “competir em condições de igualdade” com os homens no mercado de trabalho;
- autorizem a violência física, psicológica, moral, sexual ou patrimonial contra as mulheres para obrigá-las a realizar trabalho de cuidado sem remuneração ou com baixa remuneração.

Em resumo, na prova de redação do Enem, quaisquer que sejam os temas propostos para o desenvolvimento do texto dissertativo-argumentativo, constituem desrespeito aos direitos humanos propostas que incitam as pessoas à violência, ou seja, aquelas em que transparece a ação de indivíduos na administração da punição — por exemplo, as que defendem a “justiça com as próprias mãos”.

O quadro a seguir apresenta os seis níveis de desempenho que serão utilizados para avaliar a Competência V nas redações do Enem 2024.

200 pontos	Elabora muito bem proposta de intervenção, detalhada, relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto.
160 pontos	Elabora bem proposta de intervenção relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto.
120 pontos	Elabora, de forma mediana, proposta de intervenção relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto.
80 pontos	Elabora, de forma insuficiente, proposta de intervenção relacionada ao tema, ou não articulada com a discussão desenvolvida no texto.
40 pontos	Apresenta proposta de intervenção vaga, precária ou relacionada apenas ao assunto.
0 ponto	Não apresenta proposta de intervenção ou apresenta proposta não relacionada ao tema ou ao assunto.

1.6 RECOMENDAÇÕES GERAIS

Para alcançar bom desempenho na prova de redação do Enem, você deve, antes de escrever seu texto, fazer uma leitura cuidadosa da proposta apresentada, dos textos motivadores e das instruções, a fim de que possa compreender perfeitamente o que está sendo solicitado.

Nesta primeira parte da proposta, você tem acesso a algumas informações de ordem prática, como número máximo de linhas, espaço para rascunho etc. Além disso, há um resumo dos critérios de anulação. A lista completa de critérios de anulação está disponível nesta Cartilha, no tópico: “Quais as razões para se atribuir nota 0 (zero) a uma redação?”

O tema da redação sempre vem acompanhado, na proposta, de textos motivadores. Em geral, são textos em linguagem verbal e em linguagem não verbal (imagem) que remetem ao tema proposto, a fim de orientar sua reflexão. A seguir, elencamos algumas ações importantes para que você faça o melhor uso possível desse conteúdo.

1. Ler os textos motivadores, observando as palavras ou os fragmentos que indicam o posicionamento dos(as) autores(as) e a situação-problema central da proposta.
2. Identificar, em cada texto motivador, se for o caso, o ponto de vista e os argumentos apresentados pelos(as) autores(as).
3. Refletir sobre o posicionamento dos(as) autores(as) dos textos motivadores e definir, com muita clareza, qual será o seu posicionamento.

A partir das ideias presentes nos textos motivadores, elencar outras informações, com base no seu conhecimento de mundo, que possam contribuir para a defesa do seu ponto de vista.

Esta última parte da proposta é mais curta, porém há muitas informações e instruções importantes para que você elabore uma redação dentro dos critérios avaliados no Enem.

enem2023
Exame Nacional do Ensino Médio

INSTRUÇÕES PARA A REDAÇÃO

1. O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
2. O texto definitivo deve ser escrito à tinta preta, na folha própria, em até 30 (trinta) linhas.
3. A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para a contagem de linhas.
4. **Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:**
 - 4.1. tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "texto insuficiente";
 - 4.2. fugir ao tema ou não atender ao tipo dissertativo-argumentativo;
 - 4.3. apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto;
 - 4.4. apresentar nome, assinatura, rubrica ou outras formas de identificação no espaço destinado ao texto.

TEXTO I
O trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade

O trabalho de cuidado é essencial para nossas sociedades e para a economia. Ele inclui o trabalho de cuidar de crianças, idosos e pessoas com doenças e deficiências físicas e mentais, bem como o trabalho doméstico diário que inclui cozinhar, limpar, lavar, consertar coisas e buscar água e lenha. Se ninguém investisse tempo, esforços e recursos nessas tarefas diárias essenciais, comunidades, locais de trabalho e economias inteiras ficariam estagnados. Em todo o mundo, o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago é desproporcionalmente assumido por mulheres e meninas em situação de pobreza, especialmente por aquelas que pertencem a grupos que, além da discriminação de gênero, sofrem preconceito em decorrência de sua raça, etnia, nacionalidade e sexualidade. As mulheres são responsáveis por mais de três quartos do cuidado não remunerado e compõem dois terços da força de trabalho envolvida em atividades de cuidado remuneradas.

TEXTO II
Média de horas dedicadas pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade aos afazeres domésticos e/ou às tarefas de cuidado de pessoas, por sexo

Brasil - 2019	
Sexo	Horas Semanais
Homens	11,0
Mulheres	21,4

Fonte: IBGE - PNAD Contínua, anual
Disponível em: <https://repositorio.ibge.gov.br/handle/5001/10000>
Acesso em: 18 de jul. de 2023 (adaptado).

TEXTO III
A sociedade brasileira tem passado por inúmeras transformações sociais ao longo das últimas décadas. Entre elas, as percepções de gênero e a forma como mulheres têm se inserido na sociedade. Algumas permanências, porém, chamam a atenção, como a delegação quase que exclusiva às famílias – e, nestas, às mulheres – de atividades relacionadas à reprodução da vida e da sociedade, usualmente nominadas trabalho de cuidado.

TEXTO IV

Pesquisa
FAPESP

DESAFIOS DO CUIDADO

Aumento do número de pessoas que demandam serviços de assistência, orientadas ou pressionadas a assumir o papel de cuidadora em situações de vulnerabilidade econômica e familiar.

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa do seu ponto de vista.

enem2023 | LC - R-DA - CADERNO 1-AZUL | 19

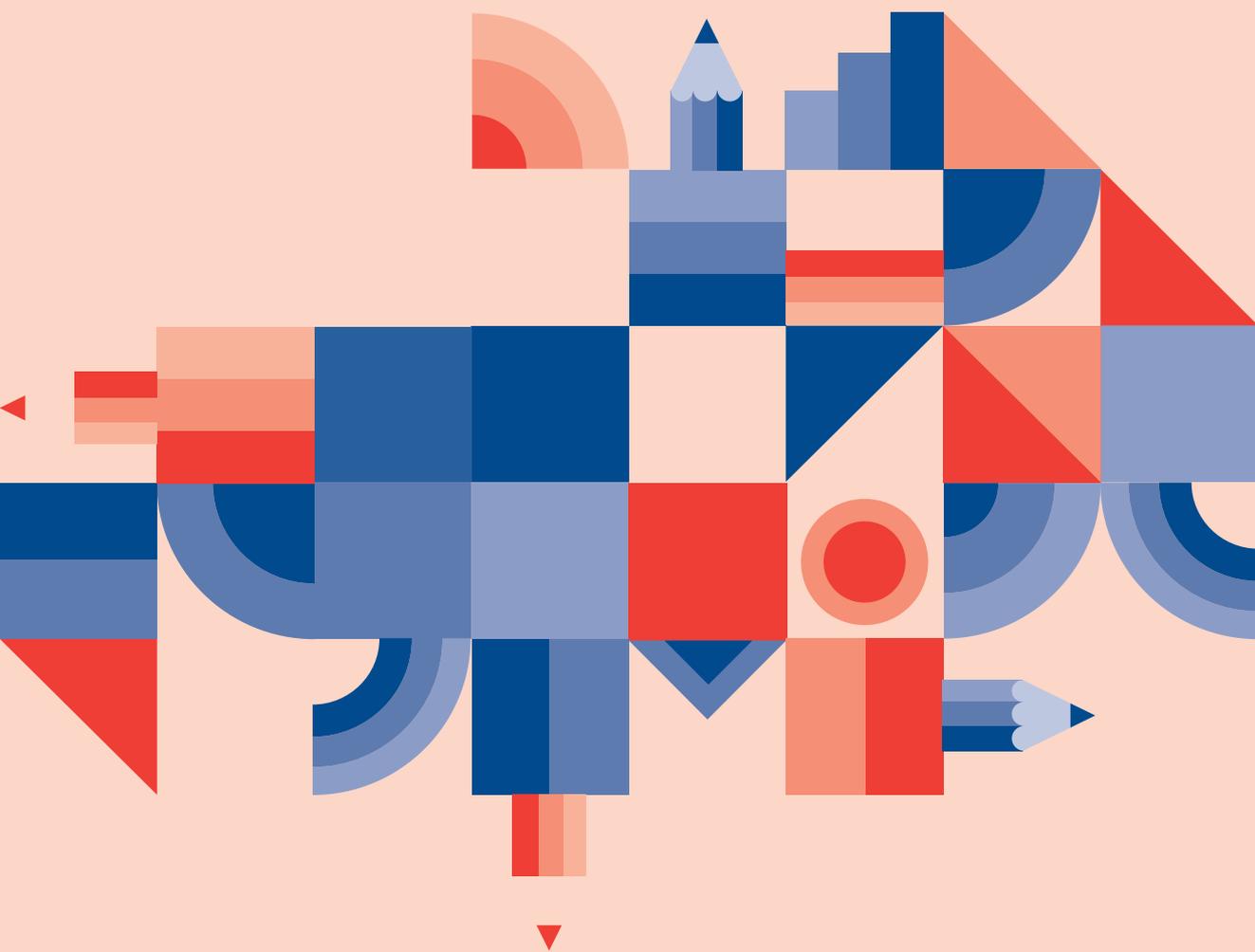
A seguir, será apresentada uma leitura guiada da proposta de redação do Enem 2023 com diversas dicas e pontos de atenção para que você relembre e sintetize aquilo que já foi apresentado até aqui nesta Cartilha.

1	Os textos motivadores ajudam você a refletir sobre a temática proposta e podem ser de grande ajuda, em especial se for um tema sobre o qual você não tenha muito domínio. No entanto, fica evidente, nessa instrução da proposta de redação, que você deve se basear nos “conhecimentos construídos ao longo de sua formação”, ou seja, sua redação precisa articular informações e ideias que extrapolem os textos motivadores. Nesta Cartilha, chamamos isso de repertório sociocultural.
2	A tipologia textual definida pela proposta é o texto dissertativo-argumentativo. Com base na situação-problema, você deverá expressar sua opinião, ou seja, apresentar um ponto de vista. Para isso, inicie o texto apresentando seu ponto de vista, desenvolva justificativas para comprovar esse posicionamento e elabore uma conclusão que dê um fechamento à discussão proposta no texto, compondo o processo argumentativo. Se sua redação não atender a essa tipologia textual, sua redação será anulada por completo.
3	O texto deverá ser redigido de acordo com a modalidade escrita formal da língua portuguesa. Assim, fique atento à estrutura dos períodos, à acentuação e à ortografia das palavras, ao emprego adequado do hífen e das letras maiúsculas e minúsculas, à separação silábica (translineação), à regência e à concordância (nominais e verbais), à pontuação, ao paralelismo sintático, morfológico e semântico, ao emprego dos pronomes e da crase, à adequação à escrita formal da língua portuguesa, sem informalidades e marcas de oralidade, bem como à adequação vocabular. Além disso, lembre-se de que a grafia das palavras deve seguir o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.
4	A frase temática (“ Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil ”) é um dos elementos mais importantes da proposta de redação. Lembre-se de que a redação deveria abordar todos os elementos dessa frase. Uma abordagem parcial do tema, chamada de tangenciamento, fará que sua redação seja avaliada com, no máximo, 40 pontos de 200 na Competência II. Além disso, um texto tangente também sofre penalizações nas Competências III e V. A fuga ao tema, que é quando nem o assunto mais geral da frase temática é abordado, leva à anulação da sua redação.
5	A proposta de intervenção deve claramente indicar uma ação a ser realizada para resolver a situação-problema discutida no texto. Além disso, essa ação/solução deve ser composta pelos(as) agentes sociais responsáveis por sua execução, pelo modo como ela será posta em prática e pelo seu efeito pretendido, além de apresentar um detalhamento que complemente algum desses elementos já mencionados (exemplificação, explicação etc.). O respeito aos direitos humanos também é imprescindível para que a proposta de intervenção não seja avaliada no nível 0 da Competência V.
6	É importante definir um projeto de texto em que seja planejada a organização estratégica da sua redação, a fim de defender o ponto de vista por você escolhido. Algumas estratégias argumentativas que podem ser utilizadas: exemplos, dados estatísticos, pesquisas, fatos comprováveis, citações ou depoimentos de pessoas especializadas no assunto, pequenas narrativas ilustrativas, alusões históricas e comparações entre fatos, situações, épocas ou lugares distintos. Para conectar todas essas ideias, é preciso utilizar recursos coesivos que deixem explícitas as relações de sentido entre as partes do texto.

2. AMOSTRA DE REDAÇÕES NOTA 1.000 DO ENEM 2023

Para esta Cartilha, foram selecionadas e comentadas algumas redações que receberam a pontuação máxima — 1.000 pontos — na edição de 2023 do Enem, por terem cumprido todas as exigências relativas às cinco competências.

Esses textos contêm uma proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos (Competência V); apresentam as características textuais fundamentais, como o estabelecimento de coesão, coerência, informatividade, sequenciação, entre outros elementos (Competências II, III e IV); e demonstram domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa (Competência I). Esse domínio pode ser comprovado pelo cumprimento dos princípios de organização frasal, pela adequação às convenções da escrita, às regras gramaticais e à escolha vocabular bem como pela utilização de linguagem formal, apropriada ao registro esperado no texto dissertativo-argumentativo. Desvios gramaticais ou de convenções da escrita foram aceitos somente como excepcionalidade e quando não caracterizaram reincidência.



Seguem os textos nota 1.000 com seus respectivos comentários.

1. Amanda Teixeira Zampiris

Na obra intitulada “Brasil, País do Futuro”, Stefan Zweig, autor austríaco, em sua visita ao Brasil, defendeu a ideia de que o país estava destinado a ser um dos mais importantes países do mundo no futuro. No entanto, 80 anos depois, as previsões do autor ainda não se concretizaram e os desafios para enfrentar a invisibilidade do trabalho de cuidado — realizado por mulheres — são entraves para isso. Observa-se, assim, que isso ocorre porque a negligência governamental e a permanência histórica impedem a resolução da questão.

Sob este viés, é preciso atentar para a omissão estatal presente nessa problemática. Nessa perspectiva, o pensador Thomas Hobbes afirma que o Estado é responsável por garantir o bem-estar da população. Entretanto, isso não ocorre no Brasil, pois a falta de atuação das autoridades corrobora a permanência do trabalho de cuidado não remunerado e mal pago realizado, principalmente, por mulheres — que inclui cuidar de crianças e idosos, bem como os afazeres domésticos —, visto que o Governo não tem cumprido seu papel no sentido de assegurar os direitos básicos a esse grupo social, como o direito a um salário digno. Assim, as funções sociais e estatais são descumpridas, agravando o problema.

Outrossim, a permanência histórica é fator importante como constituinte desse imbróglio. Nesse sentido, consoante ao pensamento do antropólogo Claude Lévi-Strauss, só é possível compreender adequadamente as ações coletivas por meio do entendimento dos eventos históricos. Desse modo, a questão da invisibilidade do trabalho de cuidado feito por mulheres majoritariamente pobres e vítimas de discriminação de gênero, mesmo que fortemente presente no século XXI, apresenta raízes indissociáveis à história brasileira — que foi marcada pelo machismo e pelo patriarcado —, uma vez que as atividades domésticas não pagas ainda são delegadas às pessoas do sexo feminino de forma quase que exclusiva.

Faz-se necessário, portanto, que meios sejam criados para intervir nesse óbice. Logo, o Governo Federal — órgão responsável pela administração federal em todo território nacional — deve estabelecer políticas públicas que garantam a remuneração e a valorização do trabalho de cuidado, por meio da utilização de verbas governamentais para o pagamento de salários. Tal ação deve ser realizada com a finalidade de mitigar a invisibilidade dos afazeres domésticos realizados pela mulher na sociedade brasileira e, conseqüentemente, combater as raízes históricas presentes nessa questão. Dessarte, o Brasil poderá se tornar um “País do Futuro”, como defendido por Stefan Zweig.

COMENTÁRIO

A participante demonstra excelente domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa. A redação é caracterizada pelo excelente domínio das estruturas sintáticas, com um desvio, referente à regência de “consoante” no trecho “consoante ao pensamento do antropólogo Claude Lévi-Strauss” (linha 15).

A participante também demonstra excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo. O tema é desenvolvido por meio da ideia de que o potencial de desenvolvimento do Brasil tem como uma de suas causas a invisibilidade do trabalho de cuidado realizado por mulheres, causada tanto pela negligência do Estado quanto por fatores históricos. Na introdução, a referência à expressão “país do futuro” para se referir ao Brasil, tirada da obra de Stefan Zweig, é o mote para o início da argumentação e a constatação de que esse futuro ainda não chegou, uma vez que problemas como a invisibilidade do trabalho de cuidado feito por mulheres seriam obstáculos para que esse potencial se cumprisse. Nesse sentido, são indicadas como causas tanto a omissão do Estado quanto a permanência histórica do problema.

No segundo parágrafo, a participante argumenta que o Estado, embora tenha a obrigação de garantir o bem-estar da população, não tem garantido as condições para a remuneração adequada às mulheres que exercem o trabalho de cuidado. No desenvolvimento desse primeiro argumento, a participante detalha o que é o trabalho de cuidado e sustenta sua afirmação sobre o papel do Estado na obra do filósofo Thomas Hobbes.

No terceiro parágrafo, articulado à argumentação anterior, destaca-se o papel do patriarcado como fenômeno histórico de longa duração que auxilia na compreensão das razões pelas quais a invisibilidade ainda se faz presente no século XXI. A importância da compreensão desse fenômeno a partir de uma perspectiva histórica está sustentada na citação da obra de Claude Lévi-Strauss. Desse modo, com argumentos coerentes entre si e excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo, a participante aborda o tema de forma completa, com uso de repertório sociocultural produtivo.

O projeto de texto é eficiente, uma vez que apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, de forma consistente e bem organizada,

em defesa do ponto de vista defendido. Inicialmente, a participante alude à expressão “Brasil, país do futuro”, abrindo, nessa imagem, a fissura que representa a constatação do problema da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher na sociedade brasileira. Nesse sentido, dois argumentos principais, um ligado à circunstância da omissão estatal e outro à permanência histórica do problema, são anunciados. Para tratar do primeiro, detalha-se o conceito do trabalho de cuidado e destaca-se o papel do Estado como garantidor do bem-estar das mulheres. Na apresentação do segundo argumento, a participante recorre ao papel do patriarcado na permanência histórica da invisibilização das mulheres. Por fim, propõe-se uma solução que passa justamente pelo papel do governo e das políticas públicas, com uma saída econômica. Ao final, a autora retoma a imagem de futuro evocada na introdução, para fechar sua argumentação com uma nota de esperança. Contata-se, então, que a seleção e a articulação dos argumentos garantem ao texto um projeto coerente e autoral.

Em relação aos aspectos coesivos, já notados na continuidade temática, observa-se, nessa redação, um repertório diversificado de recursos coesivos, sem inadequações. No plano nominal, há o emprego de pronomes (“isso”, “nesse”, “tal”) e palavras e expressões sinônimas ou equivalentes (“mulheres”, “esse grupo social”, “pessoas do sexo feminino”). No plano sequencial, há o emprego de marcadores argumentativos e conectivos dentro dos parágrafos e entre as partes do texto (“Sob este viés”, “Outrossim”, “portanto”, “Desse modo”). A participante também utilizou os sinais de pontuação, ligando palavras, orações e períodos complexos, com pertinência e de modo correto.

Por fim, o texto apresenta proposta de intervenção completa, que é avaliada como muito boa. Objetiva, a proposta está articulada à discussão desenvolvida no texto e apresenta uma ação: proposição de políticas públicas de cunho econômico por meio de dispêndio de recursos federais para pagamento de salários, a fim de diminuir a invisibilidade da mulher que exerce o trabalho de cuidado e contribuir para que o país cumpra seu potencial.

Conclui-se, portanto, que a participante contemplou, em seu texto, integralmente e com excelência, todas as partes da proposta de redação.

2. Lucas Malta de Carvalho

A Constituição Federal de 1988, documento jurídico mais importante do país, garante o trabalho remunerado e a dignidade humana como direitos de todo cidadão brasileiro, além de estabelecer a igualdade entre os gêneros masculino e feminino na sociedade. Entretanto, nota-se que tal prerrogativa não tem se reverberado na prática, visto que ainda há uma invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil, o qual, muitas vezes, não apresenta retorno financeiro. Portanto, faz-se necessária a análise dos principais fatores que contribuem para esse triste cenário: o machismo e o descaso estatal.

Em primeira análise, é importante destacar que a mulher ocupa uma posição subjugada na sociedade brasileira desde o período colonial, sendo encarregada dos afazeres domésticos e dos cuidados familiares. A partir desse contexto, após anos de inferiorização, as mulheres conquistaram diversos direitos sociopolíticos, como o direito ao voto e o trabalho remunerado. Todavia, mesmo com essas conquistas, ainda é notável que existe um machismo estrutural na sociedade contemporânea, já que, segundo o IBGE, as mulheres gastam o dobro de tempo com tarefas de cuidado, quando comparadas aos homens. Nesse sentido, por ser uma tradição enraizada na sociedade, o trabalho de cuidado realizado pela população feminina é ignorado por grande parte das pessoas.

Ademais, é imperioso ressaltar que a invisibilidade e a desvalorização desse tipo de trabalho resultam, em alguns casos, na falta de remuneração, o que contraria o direito estabelecido na Constituição. De acordo com o filósofo Nicolau Maquiavel, o principal objetivo do governante é a manutenção do poder, deixando em segundo plano a busca pelo bem comum. Assim, é evidente que o Estado não se preocupa com a garantia dos direitos das mulheres, o que reflete na ausência de políticas públicas que assegurem uma remuneração digna àquelas que trabalham. Dessa forma, as mulheres se encontram desamparadas, ao mesmo tempo, pela sociedade e pelo governo.

Portanto, é necessário promover ações concretas, as quais alterem o quadro de invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela população feminina. Logo, cabe às emissoras de TV, as quais são grandes formadoras de opinião da sociedade, realizar campanhas sobre a importância de lutar contra o machismo, por meio de anúncios publicitários, a fim de desconstruir ideias de subjugação presentes no Brasil contemporâneo. Além disso, o Governo Federal deve fiscalizar as relações de trabalho para garantir a remuneração feminina.

COMENTÁRIO

O participante demonstra domínio das convenções da escrita e da correta estruturação sintática dos períodos. O texto apresenta uma falha no primeiro parágrafo, quando se verifica o emprego inadequado da partícula “se” com o verbo “reverberar” e um desvio quanto ao emprego de iniciais minúsculas em “Período Colonial”, no segundo parágrafo.

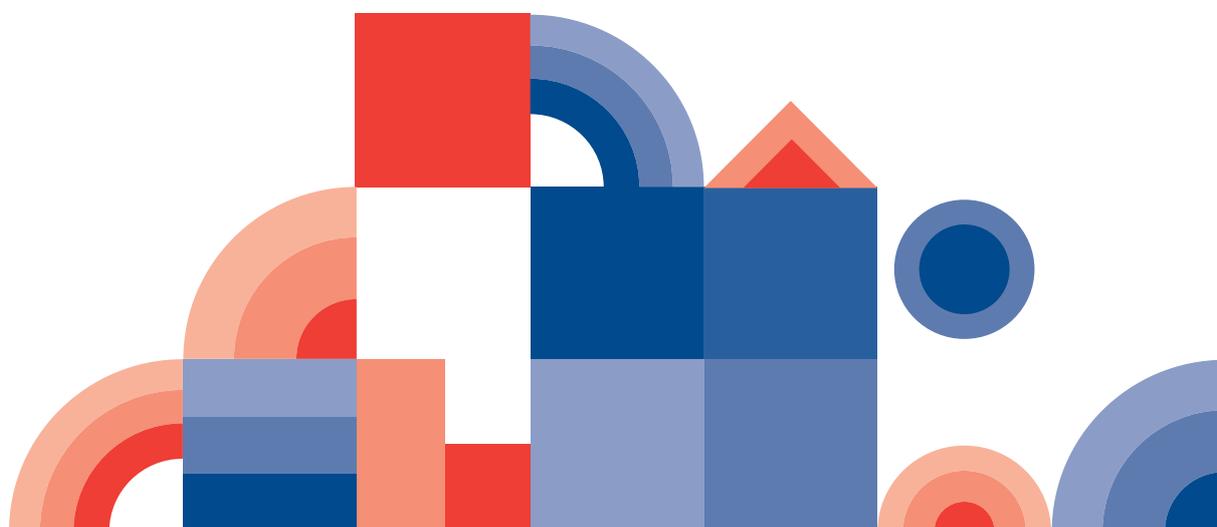
Quanto ao tipo textual, o participante revela ter domínio do texto dissertativo-argumentativo. Já no primeiro parágrafo, apresenta os elementos do tema de forma completa, com o ponto de vista que pretende defender: a invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil está relacionada ao machismo e ao descaso estatal. O desenvolvimento do texto ocorre nos dois parágrafos seguintes. No segundo parágrafo, aborda o machismo como componente histórico da sociedade brasileira, que remonta ao processo colonial. No terceiro, a argumentação concentra-se na omissão do Estado na garantia de condições salariais equânimes entre os diferentes tipos de trabalho e entre homens e mulheres. O texto é finalizado com duas propostas de ações para o enfrentamento dos desafios: a conscientização sobre os problemas decorrentes do machismo na sociedade e a fiscalização das relações de trabalho para garantia de remuneração adequada.

Percebe-se, também, ao longo da redação, a presença de um projeto de texto, com informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, desenvolvidos de forma consistente e bem organizados em defesa do ponto de vista. Na abertura do texto, o participante recorre à Constituição Federal para afirmar que as garantias de trabalho remunerado e de dignidade não estão sendo protegidas como direitos do cidadão brasileiro. Por isso, a invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil tem no Estado um dos responsáveis, mas concede também um papel nesse cenário ao machismo, como um aspecto estrutural. O segundo parágrafo indica a origem do machismo como herança colonial, afirmando que, mesmo com a conquista de direitos, como o trabalho remunerado, as desigualdades permanecem. Ainda no tópico das desigualdades, o participante retoma, no terceiro parágrafo, a garantia constitucional do direito ao trabalho remunerado, para indicar que ela é descumprida quando se trata do trabalho de cuidado. Destaca, ainda, que os governantes não têm conseguido garantir os direitos trabalhistas das mulheres. Como solução para os desafios da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher, o participante propõe a conscientização contra o machismo, por meio de campanha na mídia, e a fiscalização das relações trabalhistas.

O texto apresenta continuidade temática e, além disso, o participante apresenta, sem inadequações, um repertório variado de recursos coesivos, que articulam argumentos, partes do textos e as informações apresentadas, tanto no plano nominal, com o emprego de pronomes (“o qual”, “a qual”, “àquelas”) e palavras ou expressões sinônimas (“direitos” por “prerrogativas”), quanto no sequencial (“Portanto”, “Todavia”, “Ademais”), assim como no emprego adequado e correto dos sinais de pontuação, ligando palavras, orações e períodos complexos.

Como a prova pede proposta de intervenção que respeite os direitos humanos, esse texto é finalizado com duas propostas que cumprem esse requisito, ambas descritas anteriormente. Elas permeiam o texto e são decorrentes do desenvolvimento da argumentação. Essas propostas são detalhadas, mostram o quê e como devem ser realizadas, quem vai realizar o que foi proposto e qual será o efeito dessas ações de intervenção.

Conclui-se que o participante contemplou, em seu texto, integralmente e com excelência, todas as partes da proposta de redação.



3. Gabriela Larissa de Souza Gurgel

A filósofa contemporânea Hannah Arendt constata, por meio do conceito denominado “Banalidade do Mal”, a tendência existente nas sociedades no que tange à naturalização das mazelas presentes na coletividade. Nessa vertente, percebe-se que, na realidade brasileira atual, a proposição teórica mencionada se torna evidente, sobretudo quando são considerados os entraves para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pelas mulheres. Com efeito, não de ser analisados os principais intensificadores da temática em questão: o machismo estrutural e a omissão estatal.

Diante desse cenário, a persistência de um ideário preconceituoso contra o público feminino potencializa a desvalorização de atividades relacionadas ao cuidado. Nesse viés, cabe citar que, durante o Período Colonial, houve a estruturação da família brasileira com base em valores patriarcais, de modo a haver a restrição do papel social da mulher à reprodução e aos afazeres domésticos. No entanto, apesar do lapso temporal, tais convenções ainda estão presentes no território nacional, haja vista que, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres se dedicaram mais que o dobro de horas semanais, em 2019, em comparação aos homens, às tarefas de cuidado. Nessa linha de raciocínio, atividades desse tipo — que incluem o trabalho com crianças, idosos e pessoas com deficiência, assim como as demandas domésticas — são comumente vistas como uma obrigação feminina, mas, lamentavelmente, recebem um grau inferior de reconhecimento e de importância. Isso se torna ainda mais claro pelo fato de muitas tarefas dessa natureza serem mal pagas ou não remuneradas, o que é extremamente preocupante em um país como o Brasil — o qual apresenta, em sua Constituição Federal de 1988, o direito à dignidade laboral.

Ademais, é imperioso destacar a postura inerte do Estado brasileiro quanto à tentativa de mitigar a invisibilização que acomete a problemática. Sob tal ótica, o sociólogo polonês Zygmunt Bauman define como “Instituições Zumbi” aquelas entidades que mantêm suas estruturas vigentes, contudo não cumprem adequadamente seus papéis sociais. Nesse sentido, o aparato estatal nacional pode ser enquadrado na visão baumaniana, tendo em vista que o trabalho de cuidado colocado em prática pelas mulheres é decorrente, em muitos contextos, da intersecção de desigualdades socioeconômicas e étnicas. Dessa forma, enquanto não for combatida a conjuntura precária vivenciada por tantas meninas e mulheres, as quais se encontram, principalmente, em situação de pobreza e de vulnerabilidade, elas continuarão inseridas em um trabalho de cuidado sem o aparato estatal necessário.

Portanto, fazem-se urgentes medidas de enfrentamento aos impasses da temática supracitada. Assim, o Ministério do Trabalho e Emprego deve realizar um registro das principais áreas com presença do trabalho de cuidado. Tal iniciativa será efetivada por intermédio de profissionais do IBGE, os quais, em parceria com o Poder Executivo, irão às residências onde as mulheres exercem suas atividades e organizarão um auxílio financeiro para ajudá-las a garantir suas dignidades enquanto cidadãs. Isso poderá proporcionar melhores perspectivas de vida para o público feminino, de maneira a fragilizar o machismo e ampliar a igualdade.

COMENTÁRIO

Com excelente domínio das convenções de escrita e de estruturação sintática dos períodos, o texto da participante não apresenta inadequações.

Com repertório sociocultural produtivo e pertinente à discussão, a participante aborda o tema de forma completa, demonstrando, também, excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo. No parágrafo introdutório, o ponto de vista defendido é evidenciado: a invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher decorre do machismo estrutural e da omissão estatal. Associa-se à invisibilidade desse tipo de trabalho a proposição teórica sobre a banalidade do mal, de Hannah Arendt, no que se refere à naturalização de uma mazela social. O segundo parágrafo analisa o modo como o machismo estrutural tem relação com a desigualdade de gênero no mundo do trabalho, valendo-se de dados do IBGE, que indicam que às mulheres, principalmente, cabe o trabalho de cuidado dentro e fora da esfera doméstica. A participante, assim, afirma que a remuneração que cabe a esses trabalhos é baixa ou nenhuma, o que contrariaria os direitos constitucionais garantidos. Já no terceiro parágrafo, o papel do Estado é destacado, já que ele é apontado como responsável por mitigar os efeitos dessa invisibilidade. Porém, amparando-se no conceito de “instituições zumbi”, de Zygmunt Bauman, a participante afirma que o Estado tem permanecido inerte diante dos desafios enfrentados pelas mulheres que realizam o trabalho de cuidado, inseridas em contexto de vulnerabilidade social e econômica. O texto é concluído com as propostas para o Ministério do Trabalho e Emprego mapear quem faz o trabalho de cuidado, com o apoio do IBGE, e, assim, oferecer auxílio financeiro às mulheres que necessitarem.

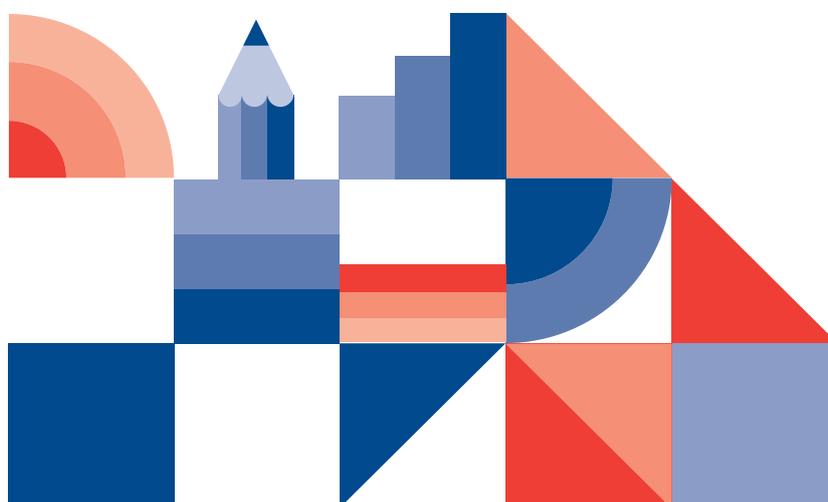
Percebe-se, também, ao longo da redação, a presença de um projeto de texto com informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, desenvolvidos de forma consistente e bem organizados em defesa do ponto de vista. No primeiro parágrafo, a naturalização do problema da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado por mulheres, associada ao conceito de banalidade do mal, é apresentada como consequência do machismo estrutural e da omissão do Estado. Em relação ao machismo estrutural, abordado no segundo parágrafo, a participante mobiliza dados do IBGE para tratar da divisão sexual do trabalho, destacando a questão da remuneração como a negação de um direito. Na sequência, a participante introduz o problema da omissão do Estado, que adquiriria um caráter “zumbi”, conforme formulação de Zygmunt Bauman,

ao não cumprir seu papel social, contribuindo para a manutenção de desigualdades, atravessadas por questões raciais, de classe e de gênero. Por fim, a participante finaliza o texto, no quarto parágrafo, com proposta voltada para a esfera governamental, em que o Ministério do Trabalho e Emprego mapearia as pessoas que realizam trabalho de cuidado, por meio de pesquisa realizada no âmbito do IBGE, permitindo a execução de política pública de distribuição de renda.

O texto apresenta continuidade temática e, além disso, a participante articula, sem inadequações, um repertório variado de recursos coesivos, que articulam os argumentos, as partes do textos e as informações apresentadas, tanto no plano nominal, com o emprego de pronomes (“em suas”, “seus papéis”, “às residências onde”) e palavras ou expressões sinônimas (“tais convenções” por “valores patriarcais”, “proposição teórica” por “conceito”), como no sequencial (“Nessa vertente”, “Ademais”, “Portanto”). Também utilizou, com pertinência e de modo correto, os sinais de pontuação, ligando palavras, orações e períodos complexos.

Como a prova pede proposta de intervenção, esse texto é finalizado com uma proposta que respeita os direitos humanos, conforme descrito acima. A proposta permeia o texto e é decorrente do desenvolvimento da argumentação em torno da valorização do trabalho, especialmente no que se refere à remuneração. A proposta, que é detalhada, mostra o quê e como deve ser realizada a intervenção social, quem vai realizar o que foi proposto e qual será o efeito da ação de intervenção.

Conclui-se que a participante contemplou, em seu texto, integralmente e com excelência, todas as partes da proposta de redação.



4. Ana Luiza Teodoro Coutinho Loureiro

Um dos contos presentes no livro “Laços de Família”, de Clarice Lispector, acompanha a epifania da personagem Ana ao fugir de seus afazeres domésticos. Ela, que se via sentenciada a cuidar da casa e dos filhos, assemelha-se a muitas mulheres brasileiras, que exercem essas e outras tarefas diariamente, sem valorização e, até mesmo, sem remuneração. Nesse sentido, cabe analisar as causas socioeconômicas da invisibilidade do trabalho de cuidado no Brasil contemporâneo.

Em primeira perspectiva, a sociedade limita a mulher e sua função social ao ambiente caseiro e à realização de cuidados especiais. Isso ocorre porque, de acordo com o corpo social estabelecido, a essência cuidadora é algo inerente ao feminino, muitas vezes associada à maternidade. Todavia, essa característica é construída e imposta às mulheres, que são frequentemente moldadas — assim como elucidado por Simone de Beauvoir: “Não se nasce mulher, torna-se”. Esse cenário é instigado pela cultura patriarcal e machista da nação, que atribui o cuidado e o lar somente ao sexo feminino. Desse modo, esse trabalho é visto como uma obrigação da mulher e não como um trabalho de fato, o que, por conseguinte, gera a desvalorização de tão importante exercício.

Ademais, o cuidado não é percebido com valor de mercado. Isso, porque não é uma atividade altamente lucrativa e produtiva, do ponto de vista mercadológico, o que, segundo Byung Chul-Han em “A sociedade do cansaço”, são fatores valorizados nos dias atuais. Esse panorama se dá pela lógica capitalista que norteia as relações de trabalho no mundo hoje, priorizando o lucro de indústrias e empresas em detrimento do cuidado com pessoas — majoritariamente exercido por mulheres. Consequentemente, há a má remuneração dessa ocupação, o que afeta a igualdade de gênero na inserção no mercado de trabalho e atrapalha a emancipação feminina.

Portanto, fazem-se evidentes as matrizes da invisibilidade do trabalho de cuidado em solo nacional. Logo, não se deve hesitar: são necessárias medidas para a erradicação da problemática. É responsabilidade, então, do Ministério da Educação — órgão federal que gere o ensino brasileiro — alterar a estrutura machista e patriarcal nas salas de aula. Isso pode ser feito por meio da inserção na Base Nacional Comum Curricular de formas de empoderamento feminino como assunto obrigatório na formação cidadã. Essa mudança deve ser alcançada com a finalidade de valorizar o trabalho exercido por mulheres, principalmente os mais invisíveis, como o de cuidado. Outrossim, cabe ao Governo Federal aumentar o salário mínimo atual, com o objetivo de garantir uma remuneração adequada a todos, bem como às mulheres que se ocupam com o cuidado, favorecendo suas independências financeiras. Quem sabe, assim, todas as “Anas” que cuidam do Brasil tornar-se-ão visíveis, valorizadas e prestigiadas.

COMENTÁRIO

A participante demonstra excelente domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa, com períodos sintaticamente bem estruturados, com apenas um desvio quanto ao uso da pontuação, uma vez que não empregou a vírgula antes da expressão “e não” no último período do terceiro parágrafo e com uma grafia incorreta, o vocábulo salário-mínimo, que aparece no texto grafado sem o hífen (salário mínimo).

A redação da participante demonstra excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo, com discussão, desenvolvimento, com justificativas que comprovam seu ponto de vista, e conclusão. O tema, “Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil”, é abordado no primeiro parágrafo, quando a participante recorre ao texto ficcional de Clarice Lispector para ilustrar a situação da mulher cujo trabalho de cuidado que realiza é desvalorizado, inclusive pela falta de remuneração. Nessa introdução, a participante anuncia que sua análise permeará as causas socioeconômicas desse quadro de desvalorização. Nos dois parágrafos seguintes, analisa-se, primeiro, as causas associadas às limitações sociais impostas às mulheres, entre elas, a obrigação de realizarem trabalho de cuidado e, em seguida, a desvalorização do trabalho de cuidado em si, que leva a uma divisão social injusta do ponto de vista de gênero. Para a primeira linha argumentativa, a participante recorre ao processo de tornar-se mulher desenvolvido por Simone de Beauvoir e, para o segundo, à produtividade demandada na esfera do trabalho, criticada por Byung-Chul Han. Por fim, a conclusão do texto propõe duas soluções possíveis: a primeira relaciona-se à educação, para a tomada de consciência do problema do machismo; e a segunda, à esfera econômica, com a remuneração adequada de quem realiza o trabalho de cuidado. Assim, nota-se que a participante abordou, de forma completa, o tema proposto em um texto dissertativo-argumentativo, conforme determina a proposta de redação.

O projeto do texto é claro, com informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto e desenvolvidos, de forma consistente e bem organizados, em defesa do ponto de vista. Primeiramente, recorre a um conhecido conto de Clarice Lispector, “Amor”, cuja personagem Ana se vê aprisionada na realização do trabalho de cuidado da família, como forma de anunciar a discussão do segundo parágrafo sobre os papéis sociais impostos à mulher. Ainda na introdução, a participante indica que tratará dos desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho

de cuidado realizado pela mulher de uma perspectiva socioeconômica, que é o foco do terceiro parágrafo do texto. Desse modo, o projeto de texto se desdobra nas discussões anunciadas, recorrendo, principalmente, à filosofia, com citações a Simone de Beauvoir e Byung-Chul Han, para fundamentar o ponto de vista defendido. No parágrafo final, a participante conclui, como já mencionado, com proposta de ações do Ministério da Educação e do governo federal. Ao Ministério da Educação caberia o combate à discriminação das mulheres, com alteração da Base Nacional Comum Curricular para inserir “formas de empoderamento feminino”. Já o governo federal deveria se empenhar no aumento salarial para valorizar e tornar visíveis as trabalhadoras do cuidado.

Além da continuidade temática presente no texto, a participante emprega, sem inadequações, um repertório variado de recursos coesivos, que articulam os argumentos, as partes do texto e as informações apresentadas, tanto no plano nominal, com o emprego de pronomes (“Ela, que se via”, “dessa ocupação”) e palavras ou expressões sinônimas (“sexo feminino” por “mulheres”, “caseiro” por “doméstico”), como no sequencial (“Nesse sentido”, “porque”, “Outrossim”). Também utilizou os sinais de pontuação, ligando palavras, orações e períodos complexos, com pertinência e de modo correto.

Como a prova pede proposta de intervenção, esse texto é finalizado com duas propostas que respeitam os direitos humanos, ambas descritas acima. Como pode ser observado, elas permeiam o texto e são decorrentes do desenvolvimento da argumentação. Essas propostas são detalhadas, mostram o quê e como devem ser realizadas, quem vai realizar o que foi proposto e qual será o efeito dessas ações de intervenção.

Conclui-se que a participante contemplou, em seu texto, integralmente e com excelência, todas as partes da proposta de redação.



5. Helena Moreira Alves

A dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos da Constituição Federal, proposta no Artigo 1º. Esse fundamento pode ser garantido através do exercício do trabalho — que contribui para o desenvolvimento do indivíduo ao fornecê-lo condições para se sustentar na sociedade. Contudo, apesar de ser fundamento constitucional, percebe-se que, na realidade atual do país, a dignidade humana é violada pela invisibilização do trabalho de cuidado realizado por mulheres. Nesse prisma, deve-se analisar como a desvalorização do trabalho manual e a perpetuação do machismo são desafios para enfrentar essa realidade contrária à Constituição.

A princípio, cabe salientar que há uma influência cultural que explica a desvalorização do trabalho manual. Na Grécia Antiga, o trabalho braçal era considerado inferior porque os mais ricos — detentores de melhores condições de vida — eram pensadores, ou seja, eram aqueles que exerciam trabalho mental. Partindo da compreensão de que a história das sociedades ocidentais, como o Brasil, é baseada na cultura grega, é inevitável dizer que a desvalorização de serviços braçais — como o trabalho de cuidado realizado por mulheres que limpam, lavam, cozinham e cuidam de crianças e idosos — é resultado de uma cultura elitista enraizada nas sociedades do Ocidente. Dessa forma, mudar essa realidade estrutural é uma tarefa complexa, já que envolve uma questão cultural, porém é uma ação necessária para que o elitismo não favoreça a desqualificação de certos tipos de trabalho.

Outrossim, a perpetuação do machismo é uma arma que invisibiliza o valor social das mulheres. Foucault — filósofo francês — propôs os conceitos de silenciamento e normalização, explicando que a sociedade silencia alguns assuntos para perpetuar organizações de poder e normaliza problemas sociais quando eles se tornam repetitivos. Fazendo um paralelo com os estudos do filósofo, entende-se que o machismo foi normalizado pela sociedade devido a sua perpetuação ao longo da história e silenciado pelo patriarcado que queria manter-se no poder. Um exemplo pode ser visto quando o voto foi concedido às mulheres, que, de início, precisavam ser casadas com um homem para votar. Ou seja, até num pequeno indicio de liberdade, as mulheres tiveram seu valor social silenciado pelo machismo, realidade que está — negativamente — normalizada na sociedade atual.

Inferre-se, portanto, que modificar essa realidade discriminatória e opressora é missão da sociedade. Logo, cabe ao Governo — administrador do país — financiar as escolas para criar projetos de valorização a todos os tipos de trabalho e às mulheres, através de palestras, a fim de romper com o elitismo e o machismo que desconsideram as cuidadoras brasileiras. Talvez, assim, as mulheres não serão mais invisibilizadas e terão sua dignidade humana garantida.

COMENTÁRIO

A participante demonstra excelente domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa e de estruturação sintática do texto, com apenas dois desvios de escrita: um em razão do emprego de complemento direto em vez de indireto em “ao fornecê-lo condições para se sustentar na sociedade”; e outro na escrita da palavra “iniviliza” por inviabiliza.

No que se refere à estruturação do texto dissertativo-argumentativo, entende-se que o tema é abordado em sua totalidade no decorrer dos quatro parágrafos. No primeiro parágrafo, parte da Constituição Federal, que preconiza a garantia a dignidade do cidadão ao garantir-lhe trabalho remunerado, para afirmar que esse princípio não está sendo respeitado devido à invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher. Os dois desafios para o enfrentamento destacados nessa introdução são a desvalorização do trabalho manual e a perpetuação do machismo. No segundo parágrafo, as raízes históricas da divisão social do trabalho no Ocidente, com origem na Grécia Antiga, são apontadas como uma das causas pelas quais o trabalho de cuidado, entendido como “manual”, é desvalorizado, em uma perspectiva elitista da sociedade atual. Em seguida, no terceiro parágrafo, concentra-se na questão do machismo, apoiando-se nos conceitos de silenciamento e normalização, a partir de Michel Foucault. Assim, a participante associa a perpetuação do machismo, como causa para a invisibilidade do valor social das mulheres na sociedade, a um processo de silenciamento do problema da discriminação de gênero e normalização dessa violência. O parágrafo final fecha o texto com uma proposta de conscientização contra o elitismo e o machismo a ser executada pelo governo federal nas escolas.

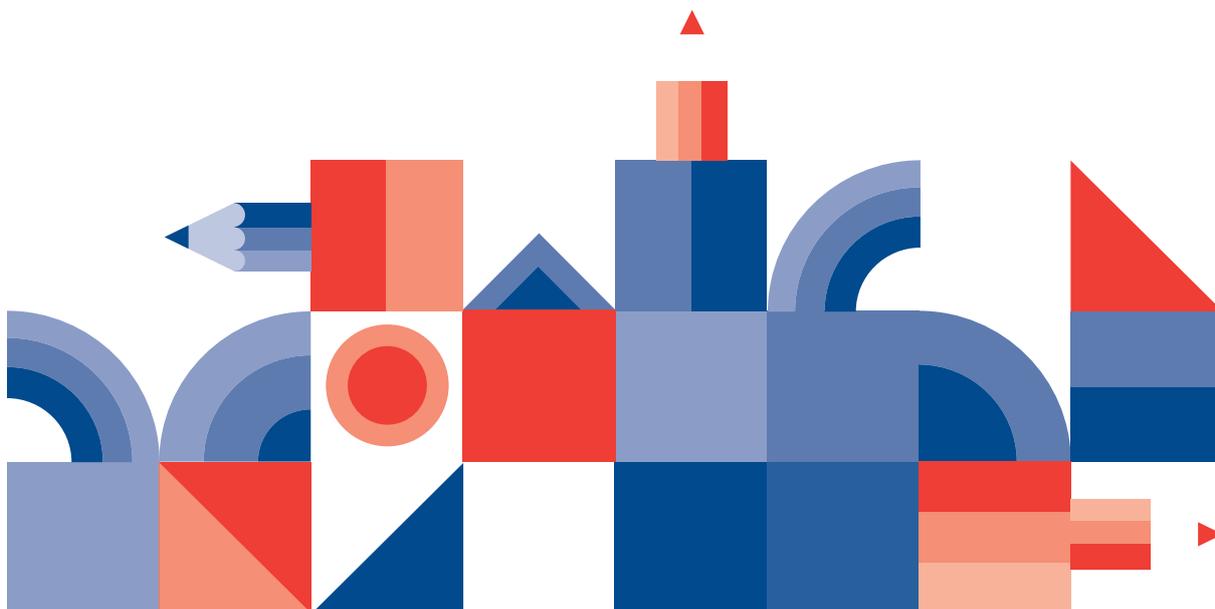
Percebe-se, ao longo da redação, a presença de um projeto de texto, com informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, em defesa do ponto de vista apresentado. Na introdução, a participante indica os princípios que o problema da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pelas mulheres fere: a garantia da dignidade do cidadão por meio do trabalho adequadamente remunerado. Ao mesmo tempo, anuncia os tópicos dos dois argumentos principais: a divisão social do trabalho e o machismo. Nos parágrafos seguintes, discorre sobre esses tópicos. No segundo parágrafo, recorre à história para definir a divisão do trabalho entre “trabalho mental” e “trabalho manual”, destacando a desvalorização deste, que estaria associado ao trabalho de cuidado. No terceiro

parágrafo, aborda o problema do machismo, que seria perpetuado em uma dinâmica de silenciamento e normalização, conceitos da obra do filósofo Michel Foucault. O machismo seria, assim, o motor da desvalorização da mulher na sociedade. A conclusão do texto, com uma proposta de conscientização contra o machismo, está associada a essa discussão.

O texto apresenta continuidade temática e, além disso, a participante emprega, sem inadequações, um repertório variado de recursos coesivos, que articulam os argumentos, as partes do textos e as informações apresentadas, tanto no plano nominal, com o emprego de pronomes (“Esse fundamento”, “aqueles que exerciam trabalho”, “sua perpetuação”) e palavras ou expressões sinônimas (“serviços” por “trabalhos”, “sociedades ocidentais” por “Ocidente”), como no plano sequencial (“Contudo”, “A princípio”, “Dessa forma”). Também utilizou os sinais de pontuação, ligando palavras, orações e períodos complexos, com pertinência e de modo correto.

Como a prova pede proposta de intervenção, esse texto é finalizado com uma proposta que respeita os direitos humanos, conforme descrito acima. A proposta, como se nota, permeia o texto e decorre do desenvolvimento da argumentação. É detalhada, mostra o quê e como deve ser realizada, quem vai realizar o que foi proposto e qual será o efeito dessa ação de intervenção.

Conclui-se que a participante contemplou, em o seu texto, integralmente e com excelência, todas as partes da proposta de redação.



6. Letícia Vicente da Silva

Como símbolo da discriminação feminina no Brasil, o papel social da mulher, originado e consolidado na colonização portuguesa, é caracterizado pelo trabalho, exclusivamente, doméstico, haja vista que a escravização de indígenas e de africanos restringiu as suas funções ao labor do lar — como cozinheiras, faxineiras e até cuidadoras de crianças e dos senhores de engenho. Nesse contexto, é válido ressaltar que, embora não seja um tópico de constante discussão, o serviço das mulheres, especificamente o de cuidar de outras pessoas, é inviabilizado pela desvalorização e pela invisibilidade recebidas da sociedade, sendo uma marca do desafio enfrentado por essa minoria cotidianamente. Ademais, torna-se viável relacionar essa complicação à perpetuação de valores preconceituosos e à precarização dessa atividade laboral.

Nessa perspectiva, é possível citar que a criação de estereótipos agrava a permanência de raízes estruturais, tradicionalmente, discriminatórias, uma vez que a mulher se torna uma figura funcional padronizada. Sob esse viés, como afirma a escritora contemporânea Chimamanda Adichie, grupos minoritários são marginalizados pelo corpo social devido às características pré-estabelecidas sobre eles, de forma que a imagem feminina seja um exemplo dessa situação ao ser relacionada, constantemente, ao trabalho de cuidado com uma conotação social negativa. Nessa conjuntura, é perceptível inferir que, analogamente à teoria de Chimamanda, a associação das mulheres ao cuidado, comunitário ou doméstico, é histórico, cultural e literário, como retratado na obra de Letícia Wischezavi, “A casa das sete Mulheres” — que conta os 15 anos de Revolução Farroupilha pela visão de 7 mulheres destinadas a cuidar dos feridos —, servindo de exemplo para o reforço de estereótipos femininos nos diversos âmbitos sociais, principalmente, no laboral.

Outrossim, a precarização do trabalho de cuidado realizado pela mulher brasileira é um dos inúmeros desafios que essas profissionais enfrentam diariamente, sendo um modo de invisibilizar a atuação no mercado profissional. Sob essa ótica, segundo o sociólogo Ricardo Antunes, a sociedade atual possui uma tendência de precarizar as atividades laborais, influenciada pela bolha ideológica que a isola no comportamento capitalista de luta desigual frequente. Nesse prisma, pode-se concluir que, em consonância com o pensamento de Antunes, um grande desafio para quem vive desse exercício trabalhista é a desvalorização, já que, além das más remunerações financeiras e sociais, há o agravante da desigualdade de gênero que, historicamente, é uma pauta em discussão para erradicação.

Portanto, é indubitável constatar que medidas são necessárias para corrigir essa problemática. Assim, é imprescindível que o Ministério do Trabalho — órgão governamental responsável pela garantia de direitos — promova, por meio de incentivos fiscais, programas de fiscalização das garantias trabalhistas das mulheres cuidadoras, a fim de diminuir os desafios enfrentados por essas profissionais cotidianamente. Paralelamente, é dever da mídia — máximo canal de informações da atualidade — viabilizar, por intermédio de comerciais televisivos, campanhas de conscientização sobre o papel da mulher na sociedade, com o intuito de eliminar estereótipos associados às funções exercidas por ela. Dessa forma, será possível uma maior visibilidade do trabalho de cuidado e das múltiplas atividades que uma mulher exerce.

COMENTÁRIO

A participante demonstra excelente domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa, com períodos sintaticamente bem estruturados. O texto apresenta apenas um desvio de ortografia, pelo uso da palavra “enfretam” em vez de enfrentam.

Em relação ao texto dissertativo-argumentativo, a redação da participante demonstra excelente domínio, contemplando os princípios da estruturação do tipo textual, com discussão, desenvolvimento com justificativas que comprovam seu ponto de vista e conclusão. O tema, “Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil”, é apresentado logo no primeiro parágrafo quando a participante aborda “o papel social da mulher, originado e consolidado na colonização portuguesa”, caracterizado pelo trabalho doméstico, “como cozinheiras, faxineiras e até cuidadoras de crianças e dos senhores de engenho”. No segundo parágrafo, a participante trata da discriminação sofrida por grupos minoritários e cita a escritora Chimamanda Adichie ao abordar “a associação das mulheres ao cuidado, comunitário ou doméstico”. Ainda relaciona a obra “A casa das sete mulheres” como “exemplo para o reforço de estereótipos femininos nos diversos âmbitos sociais, principalmente, no laboral”. No terceiro parágrafo, dedicado à questão da precarização do trabalho de cuidado e aos desafios enfrentados por quem vive dele, a participante cita o sociólogo Ricardo Antunes. O texto se encerra com uma conclusão decorrente dos parágrafos anteriores, com duas propostas de solução para o problema, a cargo do Ministério do Trabalho e da mídia. Assim, nota-se que a participante abordou, de forma completa, o tema proposto em um texto dissertativo-argumentativo, conforme determina a proposta de redação.

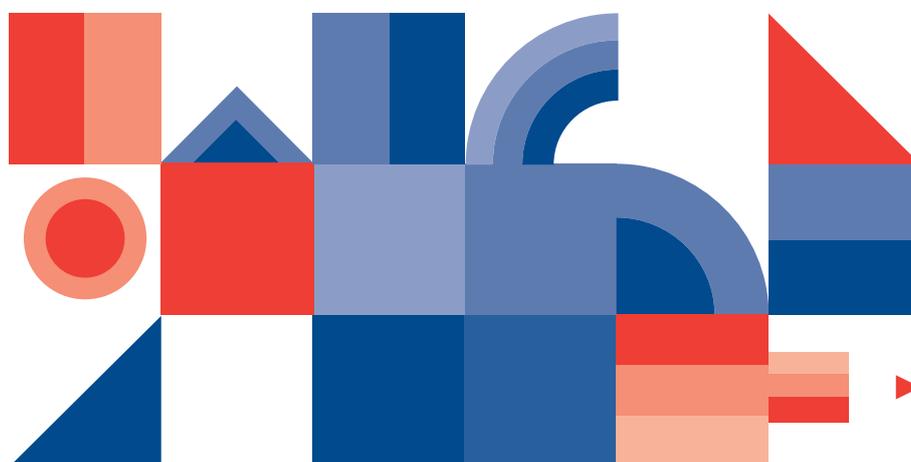
O projeto do texto é claro, com informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto e desenvolvidos, de forma consistente e bem organizados, em defesa do ponto de vista. Primeiramente, a participante afirma que o papel social da mulher é discriminado no Brasil. Nesse sentido, ela cita a perpetuação de valores preconceituosos e a precarização do trabalho de cuidado realizado pelas mulheres. Em seguida, no segundo parágrafo, a participante desenvolve argumentos sobre a perpetuação de preconceitos ao tratar de estereótipos relacionados à figura feminina e ao trabalho de cuidado. Para tanto, apresenta afirmações da escritora Chimamanda Adichie acerca de grupos minoritários e da relação das mulheres ao trabalho de cuidado “com conotação social negativa”. Ainda, faz relação com a obra “A casa das sete mulheres”, da escritora Letícia Wierschowski, que retrata o trabalho de cuidado de mulheres durante a Revolução Farroupilha no Sul do Brasil. O terceiro parágrafo

é dedicado à argumentação sobre a precarização do trabalho de cuidado realizado por mulheres, o que é colocado como um desafio que é cotidianamente enfrentado por elas. A argumentação é reforçada com uma afirmação, baseada nos estudos do sociólogo Ricardo Antunes, de que “a sociedade atual possui uma tendência de precarizar as atividades laborais, influenciada pela bolha ideológica” do capitalismo. O quarto parágrafo apresenta a conclusão, que é dedicada às duas propostas de intervenção, as quais estão articuladas à discussão desenvolvida no texto.

Além da continuidade temática presente no texto, a participante emprega, sem inadequações, um repertório variado de recursos coesivos, que articulam os argumentos, as partes do texto e as informações apresentadas, tanto no plano nominal, com o emprego de pronomes (“essa”, “dessa”, “eles”, “essas”) e palavras ou expressões sinônimas (“trabalho”, “labor”, “atividade laboral”, “mulher”, “imagem feminina”, “desafio”, “problemática”), como no sequencial, empregando conectivos em todos os parágrafos (“Nesse contexto”, “Ademais”, “Sob esse viés”, “Nessa conjuntura”, “Sob essa ótica”, “Nesse prisma”, “Paralelamente”, “Dessa forma”) e entre eles (“Nessa perspectiva”, “Outrossim”, “Portanto”). Também utilizou os sinais de pontuação, ligando palavras, orações e períodos complexos, com pertinência e de modo correto.

Como a prova pede proposta de intervenção, esse texto é finalizado com duas propostas que respeitam os direitos humanos, já descritas acima. Como pode ser observado, elas permeiam o texto e são decorrentes do desenvolvimento da argumentação. Essas propostas são detalhadas, mostram o quê e como devem ser realizadas, quem vai realizar o que foi proposto e qual será o efeito dessas ações de intervenção.

Conclui-se que a participante contemplou, em seu texto, integralmente e com excelência, todas as partes da proposta de redação.



7. Mariane Clementino Barbosa

A série estadunidense “Grey’s Anatomy” retrata o cotidiano e as intempéries enfrentadas por um grupo de médicos em Seattle. Dentre essas, a protagonista Meredith sofre com o distanciamento de seus amigos após precisar abdicar de sua carreira de cirurgiã para cuidar de seus filhos e de sua casa, uma vez que seu marido não estava disposto a fazer o mesmo. Fora da ficção, o cenário não é muito diferente, tendo em vista os desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil. Isso ocorre devido à carência de conhecimento da população e à ineficiência estatal no que se refere ao tema.

Em primeira análise, observa-se a ignorância como agravante da problemática. Até meados do século XX, quando os direitos femininos não estavam completamente assegurados, a mentalidade social estava relacionada à divisão de trabalho por gênero, em que os serviços da esfera pública, realizados fora de casa, eram de dominância masculina, enquanto os domésticos estavam destinados às mulheres. Assim, tendo por base o filósofo alemão Immanuel Kant, o qual aponta a necessidade de educação para a mudança de comportamento e de mentalidade dos indivíduos, o cenário atual é de permanência da invisibilidade do trabalho de cuidado, haja vista a ausência de ações educativas para reverter o quadro.

Ademais, é válido ressaltar a inércia governamental a respeito da temática. Assim como abordado na produção “Grey’s Anatomy”, mesmo com a crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho, faz-se necessária a adoção de medidas que regulamentem os trabalhos de cuidado realizados pelas mulheres no Brasil, a fim de que haja a equidade entre gêneros e a valorização dos indivíduos. Entretanto, em consonância com o filósofo Darcy Ribeiro, as leis nacionais são robustas em teoria, mas ineficientes na prática, demonstrando a fragilidade do Estado brasileiro e a consequente persistência do problema no país.

Portanto, a partir dos fatos citados, atribui-se ao Governo Federal a responsabilidade de implementar o programa de ação social “Mulheres em foco”, que, a partir de oficinas educativas e integradas em escolas públicas e privadas de todo o país, terá por objetivo levar mais conhecimento e visibilidade acerca do trabalho de cuidado realizado por mulheres no Brasil para jovens de 10 a 18 anos. Desse modo, espera-se que os desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil sejam superados.

COMENTÁRIO

A participante demonstra excelente domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa. A redação é caracterizada por estruturas sintáticas bem elaboradas, sem desvios da norma.

A participante demonstra também excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo. O tema é desenvolvido por meio da defesa de que “os desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil” estão relacionados “à carência de conhecimento da população e à ineficiência estatal”. Ainda no primeiro parágrafo, a participante cita a série “Grey’s Anatomy” para exemplificar uma situação vivida por uma das personagens que tem de deixar o trabalho para cuidar da casa e dos filhos. No segundo parágrafo, a participante desenvolve argumentos relacionados à carência de conhecimento e cita Immanuel Kant. No terceiro parágrafo, é ressaltada a situação da inércia governamental em relação à regulamentação do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil. Para corroborar com a argumentação, a participante escolheu Darcy Ribeiro e suas ideias sobre a robustez das leis. Por fim, no último parágrafo, a participante elabora proposta de intervenção no campo da ação social e da educação a cargo do governo federal. Portanto, a redação demonstra, além do excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo, a abordagem completa do tema, com uso de repertório sociocultural produtivo.

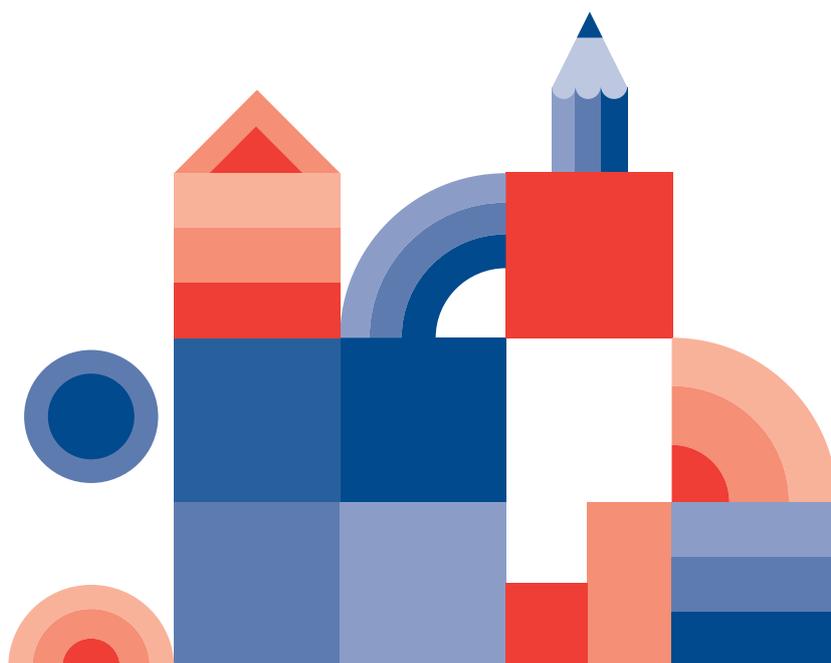
O projeto de texto demonstra ser eficiente na articulação de informações, fatos e opiniões ao tema proposto, desenvolvido, de forma consistente e bem organizada, em defesa do ponto de vista defendido. Na introdução, a participante apresenta seu pressuposto: “os desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil” estão relacionados “à carência de conhecimento da população e à ineficiência estatal”. Nos parágrafos seguintes, são apresentados argumentos relacionados a esses dois pressupostos. O segundo parágrafo é dedicado à argumentação sobre a carência de conhecimento da população, principalmente feminina, uma vez que não tinha seus direitos assegurados até meados do século XX, o que acarretava a divisão de trabalho por gênero e corroborava com a invisibilidade. No terceiro parágrafo, a participante desenvolve argumentos em relação à inércia governamental quanto à adoção de medidas para regulamentar o trabalho de cuidado realizado pela mulher. Por fim, no parágrafo final, a participante conclui

com a proposta de que uma ação social e educacional seja colocada em prática pelo governo federal.

A coesão do texto é garantida não só pela continuidade temática, mas também pelo emprego de um repertório diversificado de recursos coesivos, sem inadequações. No plano nominal, há o emprego de pronomes (“seus amigos”, “sua carreira”, “o mesmo”, “isso”, “o qual”, “que”) e palavras e expressões sinônimas ou equivalentes (“tema”, “problemática”, “quadro”, “temática”, “país”). No plano sequencial, há o emprego de marcadores argumentativos e conectivos (“Dentre essas”, “Assim”, “Ademais”, “Entretanto”, “Portanto”, “Desse modo”). Também há uso dos sinais de pontuação com pertinência e de modo correto, ligando palavras, orações e períodos complexos.

A proposta elaborada pela participante é muito boa: completa, detalhada e articulada à discussão desenvolvida no texto, conforme já descrito acima. Como pode ser observado, ela permeia o texto e decorre do desenvolvimento da argumentação. No detalhamento da proposta, a participante mostra o quê e como devem ser realizadas, quem vai realizar o que foi proposto e qual será o efeito dessas ações de intervenção.

Conclui-se que a participante contemplou, em seu texto, integralmente e com excelência, todas as partes da proposta de redação.



8. Lucca Santos Aguilar

Na série “Anne with an E”, que se passa no século XIX, é retratada a história de Anne, uma garota que luta contra os papéis sociais arcaicos atribuídos às mulheres, como a obrigação de permanecer em casa e a incumbência de realizar, de forma exclusiva, as tarefas domésticas. De maneira análoga à ficção, a invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil representa uma trágica realidade hodierna, que afeta profundamente o bem-estar da população feminina. Tal problemática está fundamentada em questões histórico-culturais, como a misoginia, e traz como consequência a redução do protagonismo desse grupo na sociedade, sobretudo em áreas relacionadas ao mercado de trabalho e à educação. Dessa feita, é fulcral que uma medida seja tomada para mitigar esse cenário de invisibilidade e desigualdade.

Nesse diapasão, o trabalho de cuidado — atividades relacionadas à manutenção da harmonia social através da atenção ao ambiente doméstico e do ato de cuidar de outras pessoas — está amplamente associado às mulheres. Diante disso, é inegável que, desde o início da colonização brasileira, as ações de lavar, limpar e cozinhar fazem parte do ideal de participação social feminina. Sob esse prisma, segundo o alemão Albert Einstein, “é mais fácil destruir um átomo do que um preconceito”, ou seja, os papéis sociais de gênero atribuídos aos indivíduos, que foram perpetuados ao longo da história, estão enraizados na cultura do país, fato que é refletido pelos preconceitos e estereótipos machistas relacionados às mulheres, o que culmina na associação exclusiva do trabalho de cuidado a essa população.

Ademais, a invisibilidade das ações de cuidado doméstico e humanitário realizadas pelas mulheres está fortemente atrelada à desigualdade, pois a maior parte dessas atividades é caracterizada por longas jornadas de trabalho e por baixas ou inexistentes remunerações. Nesse contexto, a Constituição Federal de 1988 assegura direitos básicos dos cidadãos, como o acesso à educação e ao trabalho digno. Todavia, a invisibilidade e o caráter compulsório das ações de cuidado realizadas pelas mulheres acarretam a exclusão dessa população de outros setores da sociedade, como o mercado de trabalho, e estimula a evasão escolar e o abandono dos estudos, seja pela falta de tempo, seja pela falta de oportunidades.

Portanto, cabe à mídia — ferramenta capaz de produzir significativos impactos sociais — e às instituições educacionais de todo o país a produção de conteúdos para a elucidação da população brasileira acerca da relevância e das implicações do trabalho de cuidado realizado pelas mulheres. Tal ação deve ocorrer mediante a criação de campanhas publicitárias e cartilhas educacionais com o fito de promover a desconstrução dos papéis sociais misóginos presentes na sociedade brasileira, reduzir seus impactos e, por consequência, assegurar os direitos básicos das mulheres. Apenas assim, garantir-se-á que as situações vivenciadas por Anne não condigam com a realidade da população feminina do Brasil.

COMENTÁRIO

O participante demonstra excelente domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa. A redação apresenta estrutura sintática bem elaborada, sem desvios de escrita.

Em relação ao texto dissertativo-argumentativo, o participante também revela ter excelente domínio desse tipo textual. Inicia o texto citando a série “Anne with an E”, que retrata a história de “uma garota que luta contra os papéis sociais arcaicos atribuídos às mulheres, como a obrigação de permanecer em casa e a incumbência de realizar, de forma exclusiva, as tarefas domésticas”. A partir desse repertório, o participante apresenta o tema, a invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil e os desafios para enfrentá-lo. O segundo parágrafo é dedicado à argumentação sobre os fatos históricos e as questões de gênero, que foram atribuindo às mulheres o papel de cuidadoras. No terceiro parágrafo, é apresentada a questão da invisibilidade do trabalho de cuidado atribuído ao sexo feminino e à desigualdade de tratamento, o que não está de acordo com o previsto na Constituição Federal de 1988. O quarto parágrafo fecha o texto com a conclusão e a apresentação da proposta de intervenção, ambas relacionadas aos argumentos apresentados anteriormente.

Percebe-se, também, que o participante elaborou um projeto de texto, desenvolvido a partir de informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, de forma consistente e bem organizada, em defesa do ponto de vista planejado. No desenvolvimento do tema, defende-se a ideia de que a invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher “está fundamentada em questões histórico-culturais, como a misoginia, e traz como consequência a redução do protagonismo desse grupo na sociedade, sobretudo em áreas relacionadas ao mercado de trabalho e à educação”. No segundo parágrafo, são desenvolvidas ideias relacionadas às questões histórico-culturais. O participante expõe fatos sobre a colonização brasileira, relacionados ao trabalho de lavar, cozinhar e limpar, que deveriam ser feitos pelas mulheres, bem como a questão do preconceito e dos estereótipos, citando Albert Einstein: “é mais fácil destruir um átomo do que um preconceito”. No terceiro parágrafo, destaca “a invisibilidade das ações de trabalho de cuidado doméstico e humanitário realizadas pelas mulheres”. Para tanto, fundamenta-se na Constituição Federal de 1988, ao apontar a desigualdade de tratamento, como a baixa remuneração. No quarto parágrafo, propõe, ao finalizar o

texto, que a mídia e as instituições educacionais de todo o país produzam conteúdos esclarecedores para a população.

O texto apresenta continuidade temática e, além disso, o participante emprega, sem inadequações, um repertório variado de recursos coesivos, que articulam os argumentos, as partes do textos e as informações apresentadas, tanto no plano nominal, com o emprego de pronomes (“desse grupo”, “esse cenário”, “outras pessoas”, “indivíduos, que foram”, “Tal ação”) e palavras ou expressões sinônimas (“garota” por “Anne”, “população feminina” por mulheres, “país” por Brasil), quanto no sequencial (“Dessa feita”, “Nesse diapasão”, “Diante disso”, “Sob esse prisma”, “Ademais”, “Nesse contexto”, “Portanto”). Também utilizou, com pertinência e de modo correto, os sinais de pontuação, ligando palavras, orações e períodos complexos.

Como a prova pede proposta de intervenção, esse texto é finalizado com duas propostas que respeitam os direitos humanos. Elas permeiam o texto e são decorrentes do desenvolvimento da argumentação. Essas propostas são detalhadas, mostram o quê e como devem ser realizadas, quem vai realizar o que foi proposto e qual será o efeito dessas ações de intervenção.

Conclui-se que o participante contemplou, em seu texto, integralmente e com excelência, todas as partes da proposta de redação.



9. Bruno Henrique Alves dos Santos

.....

No filme nacional “Que horas ela volta?”, a empregada doméstica de origem nordestina Val é crucial para o funcionamento de uma casa. Ao mesmo tempo, a personagem é subjugada e mal remunerada por seus patrões, tendo que dormir no quarto dos fundos, por exemplo. De forma semelhante, o Brasil encontra desafios para a valorização do trabalho de cuidado, majoritariamente exercido por mulheres. Isso ocorre porque os papéis de gênero estão enraizados na sociedade e por conta da maioria dessas trabalhadoras compor grupos sociais que já são invisibilizados.

Diante desse cenário, existe uma inerente posição na sociedade dada ao sexo feminino que contribui para a falta de amparo em relação a essa forma de trabalho. O conceito de “fato social”, do sociólogo Émile Durkheim, diz respeito às ações coletivas que estão arraigadas a um povo e que acontecem por si só, coercitivamente e sem questionamentos. Dessa maneira, a contínua conduta de dispensar o trabalho de cuidado à mulher é um fato social e, como essa função é exercida por um contingente que possui um mínimo espaço político, tal forma de labor é desprezada por todos.

Ademais, o descaso aumenta em relação à parte da identidade desses indivíduos que não corresponde ao gênero. Segundo a filósofa Carla Akotirene, em seu trabalho “Interseccionalidade”, os cidadãos sofrem opressão da sociedade por fatores identitários que não agem de forma independente, como idade, origem, etnia, entre outros. Sendo assim, há uma maior desvalorização desse trabalho porque as mulheres que o realizam, em sua maioria, também integram parcelas vulneráveis do corpo social, fazendo com que sua forçada subserviência de gênero seja aliada aos problemas que seus grupos societários já enfrentam.

Portanto, é necessária uma mobilização para mitigar tais mazelas. Dessarte, cabe ao Ministério do Trabalho, órgão responsável pela supervisão das relações de trabalho no Brasil, conceder maior participação política para as mulheres e para os responsáveis pelo trabalho de cuidado, separadamente, através do fomento à criação de partidos políticos e sindicatos que representem essas pessoas (e as partes complementares de suas identidades). Tal ação, teria como finalidade garantir seus direitos, principalmente os trabalhistas, e promover a solidificação da figura feminina em qualquer área de trabalho.

COMENTÁRIO

O participante demonstra excelente domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa. A redação é caracterizada por uma boa estruturação sintática: os períodos são construídos com a complexidade esperada para que a estrutura sintática seja avaliada como excelente, com subordinações e orações intercaladas, o que revela o domínio do participante na elaboração de períodos. Observa-se um único desvio gramatical no último parágrafo (emprego de vírgula separando sujeito e predicado em “Tal ação, [sic] teria como finalidade”).

Em relação ao tipo dissertativo-argumentativo, o participante demonstra excelente domínio. O tema é desenvolvido por meio da defesa do ponto de vista de que o trabalho de cuidado exercido pelo sexo feminino, no Brasil, é desvalorizado. Na introdução, é citada a questão do enraizamento dos papéis de gênero na sociedade brasileira e o fato de que a maioria das pessoas que desenvolvem trabalho de cuidado pertence a grupos sociais invisibilizados. No segundo parágrafo, o participante cita o conceito de “fato social”, do sociólogo Émile Durkheim, para ilustrar a situação do trabalho de cuidado realizado pelo sexo feminino e da posição da mulher na sociedade. No terceiro parágrafo, são apresentados fatores identitários, baseados nos estudos da pesquisadora Carla Akotirene, que corroboram para a situação de opressão sofrida por grupos minoritários. Por fim, no último parágrafo, o participante elabora proposta de intervenção relacionada à concessão de maior participação política da mulher na sociedade, o que levaria à promoção da solidificação da figura feminina em qualquer área de trabalho. Desse modo, com referência ao arcabouço científico e sociológico, bem como a fatos históricos, a redação demonstra, além do excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo, a abordagem completa do tema, com uso de repertório sociocultural produtivo.

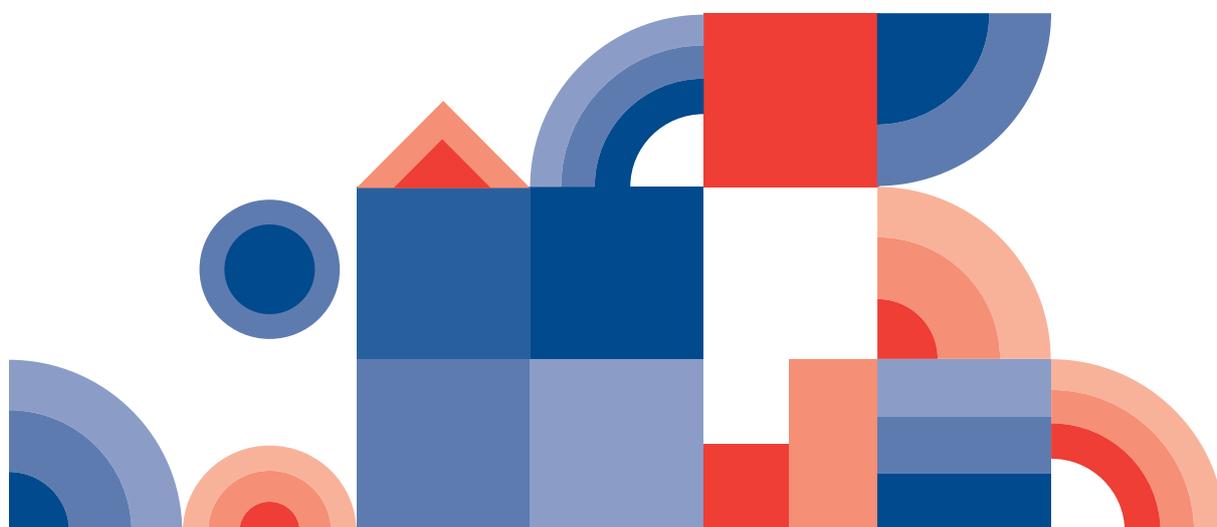
Percebe-se, também, ao longo da redação, a presença de um projeto de texto, com informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, desenvolvidos de forma consistente e bem organizados em defesa do ponto de vista. No início do texto, o participante cita o filme “Que horas ela volta?” para exemplificar a desvalorização do trabalho de cuidado na sociedade brasileira. O segundo parágrafo é dedicado à argumentação sobre a posição da mulher na sociedade e na relação de trabalho que a envolve. No terceiro parágrafo, a argumentação avança para as questões de gênero. Assim, no parágrafo final, a participante

conclui que é necessária uma mobilização dos órgãos responsáveis para mitigar a situação exposta. Desse modo, a seleção e a articulação dos argumentos garantem ao texto um projeto coerente e autoral.

Em relação aos aspectos coesivos, já notados na continuidade temática, observa-se, nessa redação, um repertório diversificado de recursos, sem inadequações. No plano nominal, há o emprego de pronomes (seus, isso, que, desse, tal) e palavras e expressões sinônimas ou equivalentes (“mulheres”, “sexo feminino”, “trabalhadoras”, “trabalho de cuidado”, “forma de trabalho”, “função”, “forma de labor”, “grupos sociais”, “cidadãos”). No plano sequencial, há o emprego de marcadores argumentativos e conectivos tanto intraparágrafo (“De forma semelhante”, “Isso”, “Dessa maneira”, “Sendo assim”, “Dessarte”) quanto interparágrafos (“Ademais”, “Portanto”). Também utilizou os sinais de pontuação, ligando palavras, orações e períodos complexos, com pertinência e de modo correto.

Por fim, o participante elabora proposta de intervenção completa, que é avaliada como muito boa. Ela permeia o texto e é decorrente do desenvolvimento da argumentação. Objetiva, a proposta é detalhada, mostra o quê e como deve ser realizada, quem vai realizar o que foi proposto e qual será o efeito da ação.

Conclui-se que o participante contemplou, em seu texto, integralmente e com excelência, todas as partes da proposta de redação.



10. Matheus Almeida Barros

Por meio de seu livro “Brasil, país do futuro” — publicado no último século — o escritor austríaco Stefan Zweig expressou a sua confiança de que a nação cresceria e se desenvolveria exponencialmente. Para além disso, nos dias atuais, a sociedade brasileira vivencia uma situação inversa, uma vez que a constante invisibilidade feminina relacionada ao trabalho de cuidado e seus impactos negativos na contemporaneidade não são características de um “país do futuro”. Desse modo, algumas negligências governamentais impulsionam a desvalorização trabalhista de cuidado desempenhado pela mulher brasileira e promovem o desenvolvimento de diversas desigualdades socioeconômicas. Logo, tanto a inefetividade das leis direcionadas ao público feminino quanto a escassez de investimentos na educação capacitativa são suscitadores da problemática.

Em primeiro plano, é imprescindível destacar a baixa eficiência das leis relacionadas ao trabalho da mulher como um fator que potencializa a invisibilidade do esforço doméstico e de cuidado desse grupo. Nesse sentido, o escritor brasileiro Gilberto Dimenstein defende que a legislação brasileira funciona somente no papel e, na prática, é ineficiente. A partir disso, tal tese pode ser comprovada por meio da má aplicação das leis trabalhistas femininas, uma vez que tais documentos não garantem, efetivamente, os direitos fundamentais da mulher, especialmente no âmbito do trabalho, e geram uma dependência dessa parcela ao cuidado doméstico, que é amplamente desvalorizado e, muitas vezes, não remunerado. Logo, tal insuficiência do sistema legislativo promove uma exploração exagerada da população feminina no país.

Além disso, vale ressaltar, ainda, a falta de verbas destinadas à educação como um fator que agrava e desvaloriza o trabalho de cuidado exercido pela mulher brasileira. Nesse sentido, o filósofo esloveno Slavoj Žižek afirma que os políticos liberais modernos priorizam interesses mercadológicos e menosprezam atitudes que beneficiem a coletividade. Dessa maneira, verifica-se uma imprudência estatal que, por sua vez, despreza a importância da educação ao não investir na capacitação feminina, o que impede a entrada desse grupo no mercado de trabalho e obriga a mulher a realizar os desvalorizados “trabalhos de cuidado”. Com isso, atitudes que visem ampliar a qualidade do sistema educacional brasileiro mostram-se amplamente necessárias.

Portanto, vistos os fatores que impactam negativamente na valorização do trabalho de cuidado feminino, medidas são necessárias para combatê-los. Cabe ao Governo Federal a realização de fiscalizações legislativas e, por meio de inspeções e vistorias em residências de risco, verificar se as leis trabalhistas femininas estão sendo devidamente aplicadas, a fim de garantir a não exploração da mulher doméstica. Ademais, o Ministério da Educação deve, através de verbas do FUNDEB — o Fundo Nacional de Educação Básica destinar investimentos às escolas, visando promover uma capacitação geral e inserir as mulheres em um mercado de trabalho justo. Somente assim, o público feminino conquistará a devida visibilidade no âmbito do trabalho.

COMENTÁRIO

Com excelente domínio das convenções da escrita e de estruturação sintática dos períodos, o texto apresenta dois desvios: no primeiro parágrafo, pela ausência de vírgula após o adjunto adverbial deslocado “Por meio de seu livro ‘Brasil, país do futuro’ — publicado no último século — [sic] o escritor...”, e, no último parágrafo, devido à falta de pontuação no final da intercalação do aposto “o Fundo Nacional da Educação Básica”.

No que se refere à estruturação do texto dissertativo-argumentativo, entende-se que o tema é abordado em sua totalidade no decorrer dos quatro parágrafos. No primeiro parágrafo, o participante expõe o problema: “algumas negligências governamentais impulsionam a desvalorização trabalhista de cuidado desempenhado pela mulher brasileira e promovem o desenvolvimento de diversas desigualdades socioeconômicas”. No segundo parágrafo, o participante destaca “a baixa eficiência das leis relacionadas ao trabalho da mulher como um fator que potencializa a invisibilidade do esforço doméstico e de cuidado desse grupo”, o que é corroborado com a citação das ideias de Gilberto Dimenstein. O terceiro parágrafo trata da falta de verbas destinadas à educação e à capacitação feminina, e cita-se o filósofo esloveno Slavoj Žižek, ao tratar de interesses mercadológicos. No quarto parágrafo final, conclui-se o texto com a apresentação de duas propostas de intervenção a cargo do governo federal e do Ministério da Educação.

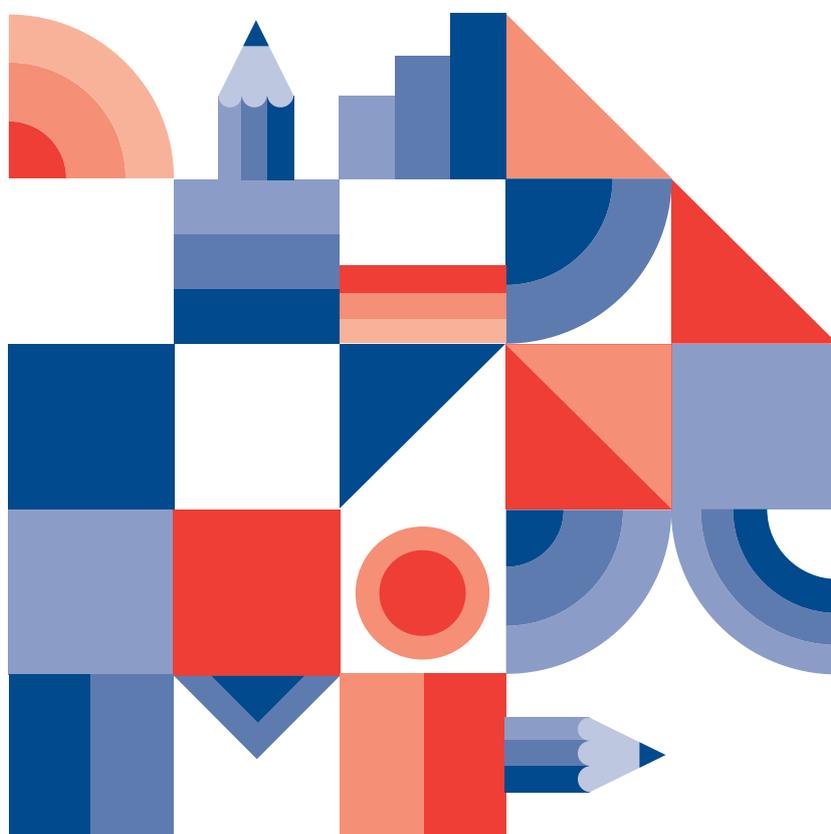
Percebe-se, ao longo da redação, a presença de um projeto de texto, com informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, em defesa do ponto de vista apresentado. Na introdução, o participante aponta os fatos desencadeadores do problema: a inefetividade das leis direcionadas ao público feminino e a escassez de investimentos na educação capacitativa. No segundo parágrafo, são desenvolvidos argumentos que corroboram a inefetividade das leis direcionadas ao público feminino. Nesse sentido, são expostas ideias de Gilberto Dimenstein acerca da ineficiência das leis brasileiras. A falta de verbas destinadas à educação é tratada no terceiro parágrafo, no qual são apresentados argumentos sobre a imprudência estatal. O quarto e último parágrafo apresenta duas propostas de intervenção articuladas às ideias desenvolvidas nos parágrafos anteriores.

O texto apresenta continuidade temática e, além disso, o participante emprega, sem inadequações, um repertório variado de recursos coesivos, que articulam os argumentos, as partes do textos e as informações apresentadas, tanto

no plano nominal, com o emprego de pronomes (“seu”, “sua”, “disso”, “desse”, “tal”) e palavras ou expressões sinônimas (“mulher”, “feminina”, “grupo”, “leis trabalhistas”, “documentos”), como no plano sequencial tanto intraparágrafo quanto interparágrafos (“Desse modo”, “Logo”, “Nesse sentido”, “A partir disso”, “Além disso”, “Portanto”). Também utilizou os sinais de pontuação, ligando palavras, orações e períodos complexos, com pertinência e de modo correto.

Como a prova pede proposta de intervenção, esse texto é finalizado com duas propostas que respeitam os direitos humanos. Elas permeiam o texto e são decorrentes do desenvolvimento da argumentação. Essas propostas são detalhadas, mostram o quê e como devem ser realizadas, quem vai realizar o quê foi proposto e qual será o efeito dessas ações de intervenção.

Conclui-se que o participante contemplou, em seu texto, integralmente e com excelência, todas as partes da proposta de redação.



LEIA MAIS, SEJA MAIS

Com certeza você já ouviu falar que, para escrever bem, é preciso ler muito. Pois bem, isso é verdade. A leitura frequente e diversificada colabora com a escrita em vários aspectos, como os elencados a seguir.

- Amplia o vocabulário, possibilitando que nossa expressão na linguagem formal, exigida em exames como o Enem, seja cada vez melhor, ajudando-nos a fazer bom uso de sinônimos e articuladores argumentativos.
- Diversifica nosso repertório sociocultural, contribuindo para a seleção de ideias, de fatos e de informações que podem ser utilizados na construção de argumentos sobre os mais variados temas.
- Permite-nos enxergar outras possibilidades de construção da argumentação, proporcionando bons exemplos de como defender um ponto de vista — demonstrando, por exemplo, como antecipar e rebater contra-argumentos.
- Expande nossa visão de mundo, auxiliando-nos a compreender a complexidade das relações humanas e a nos colocar no lugar do outro. Isso facilita, por exemplo, a elaboração de propostas de intervenção concretas e bem articuladas ao tema proposto.

Para isso, é importante buscar fontes de leitura variadas e de qualidade, desde obras literárias até artigos de divulgação científica, em diversos suportes: livros, revistas, sites de faculdades, blogs etc.

Fique atento também aos assuntos trabalhados em sala de aula ou que são destaques nos noticiários e pesquise sobre eles, tomando o cuidado de verificar a veracidade das informações apresentadas. Procure ouvir os dois lados de uma discussão e leia os pontos de vista contrários e favoráveis ao assunto pesquisado, pois isso certamente ampliará seu horizonte argumentativo. Nesse percurso, você poderá descobrir, além de novos recursos para auxiliá-lo na elaboração de seus textos, outros interesses: um novo escritor preferido, uma ideia interessante para um projeto da escola, um ponto de partida para uma carreira promissora etc.

Enfim, a leitura realmente pode nos ajudar a escrever melhor, na medida em que amplia nosso entendimento da língua, do mundo e das relações humanas, trazendo para nossos textos não apenas novas palavras mas também ideias mais maduras, articuladas e fundamentadas, seja no contexto de uma prova, como é a redação do Enem, seja em outras tantas situações cotidianas permeadas pela escrita.

BOA LEITURA E BONS ESTUDOS!

